

Quem disse ?

«Queremos ou não travar o caminho para a catástrofe em que, por inconsciência e egoísmo de alguns, todos avançamos? Eis a questão a que a Conferência de Haia não foi capaz de dar resposta»

Mário Soares
Expresso, 1 de Dezembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Apelo veemente de Jorge Sampaio

Todos com o Porto capital da cultura

O candidato apoiado pelo Partido Socialista nas eleições para a Presidência da República, Jorge Sampaio, disse terça-feira à noite que «é no Porto e com o Porto que estará o País inteiro no próximo dia 13 de Janeiro», razão determinante que o levará a estar na cerimónia de abertura da Capital Europeia da Cultura. Falando perante uma numerosa plateia de apoiantes da maior cidade do Norte do País, Jorge Sampaio referiu que essa foi a razão mais forte que o levou a reconsiderar a sua decisão de não estar presente na cerimónia de abertura do Porto – Capital Europeia da Cultura, depois das críticas demagógicas proferidas por alguns dos seus opositores, sobretudo Ferreira do Amaral, por se tratar do dia de reflexão para as eleições presidenciais.

«Não fico agastado com essas críticas. Em democracia não há intocáveis», afirmou o chefe de Estado, durante a sessão de inauguração da sua sede de campanha no Porto, em que estiveram presentes, entre outros, o presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Narciso Miranda, o ex-presidente da Câmara da cidade, Fernando Gomes, o vereador e dirigente do PS/Porto, Orlando Gaspar, o governador civil do distrito, Joaquim Couto, José Rodrigues, Mário Dorminsky, António Reis e Júlio Machado Vaz.

Contudo, Jorge Sampaio fez questão de observar que algumas das críticas lhe foram dirigidas por quem «fazia das inaugurações o centro das campanhas eleitorais», numa alusão ao tempo em que o candidato apoiado pelo PSD era ministro das Obras Públicas. O candidato apoiado pelo PS salientou que o Porto 2001 é uma grande oportunidade para a projecção internacional de Portugal e uma forma de o país demonstrar o seu empenho na descentralização como factor de coesão nacional. Jorge Sampaio dedicou grande parte da sua intervenção a um balanço do seu primeiro mandato como Presidente da República, referindo que considera que foi um chefe de Estado independente.

As posições portuguesas antes da Cimeira de Nice

Manutenção de um comissário por país Fundos estruturais por unanimidade



Antes da cimeira de chefes de Estado e de Governo em Nice, Portugal já colocou em cima da mesa as duas questões que mais o preocupam e que pretendem evitar que haja um directório dos maiores Estados-membros dentro da União Europeia. Portugal não aceita que exista um esquema de rotatividade entre Estados-membros na nomeação de comissários europeus, defendendo que cada país deverá nomear um para esta instituição comunitária. Por outro lado, Portugal quer que os fundos estruturais continuem a ser objecto de decisão por unanimidade. Na segunda-feira, o ministro dos Negócios Estrangeiros admitiu que a reforma não fique completa em Nice, mas que isso não irá colocar em causa o alargamento da União Europeia.

Política

Jorge Sampaio contra polémicas inúteis Leiam a Constituição da República



Jorge Sampaio, na sua qualidade de candidato à Presidência da República, criticou aqueles que tentam interpretar a Constituição da República à medida dos seus desejos, como no caso da ideia de um referendo sobre a droga. Em Castelo Branco, no passado sábado, onde inaugurou mais uma sede distrital da sua campanha, apelou a todos os cidadãos com responsabilidades políticas para lerem a lei fundamental.

Sociedade & País

Trabalho a Favor da Comunidade Saldar a dívida em liberdade



Desde finais do século XIX que o método mais usado para resolver fenómenos de criminalidade tem-se limitado, na maioria dos casos, à exclusão mediante o encarceramento. Numa sociedade democrática moderna, baseada na justiça social e na participação cívica plena, torna-se intolerável privar alguns cidadãos da sua liberdade, sem preparar o caminho para a reinserção na sociedade. É este o princípio fundador do trabalho a favor da comunidade em substituição das penas de prisão.



Como será o homem do futuro?

A democracia é em si o fundamento de tudo ou quase tudo, excluindo aquilo sobre o que se funda por sua vez, isto é, a liberdade dos indivíduos; e eu sou livre quando numa comunidade reconheço a liberdade dos outros e os outros reconhecem a minha liberdade. É para arbitrar pacificamente diferenças de interesses e de opiniões individuais, em vez de sofrer tiranias, oligarquias e demagogias, que se recorre à democracia e ao critério majoritário que melhor a organiza.

Neste sentido, a democracia é o sistema que melhor garante as liberdades individuais, pois impede que da sua fruição seja excluída a maioria dos indivíduos. Isto no que diz respeito à liberdade e à democracia.

E o socialismo? O socialismo é a liberdade de todos, dos que não nascem livres, mas oprimidos. Entendemos a ideia socialista como ideia de liberdade, antes do mais e acima de tudo.

O socialismo é o desenvolvimento da liberdade e, portanto, é luta contra o que obstaculiza esta possibilidade. O socialismo humano e democrático será uma sociedade que tenha realizado a indestrutível inter-relação entre civilização e natureza, na qual o homem será o objectivo básico do desenrolar histórico.

A extinção de espécies animais ou vegetais, o efeito de estufa, a desertificação e a deflorestação, a superpopulação, a exploração energética indiscriminada tornam-se numa crescente e preocupante ameaça para as próximas décadas de que é urgente consciencializarmo-nos.

A crescente carestia energética, o alarme ecológico e depois o acordar da euforia nuclearista puseram-nos mais abruptamente diante da noção de progresso.

Acontece que, foi este mesmo progresso que se transformou no grande mito do Ocidente, no bem e no mal, sobretudo no bem. Tornou-o livre e capaz de dominar. Mas agora é preciso reflectir. Ninguém mais pode fechar os olhos diante das ameaças à sobrevivência e à vida da humanidade e das outras criaturas, diante da degradação rápida dos equilíbrios naturais, da desmedida espiral dos armamentos.

Por isso, neste limiar de século, importa perguntar: como será o homem do futuro? Que mudanças o esperam? Como podem a ciência, a arte, e a literatura influir no desenvolvimento das suas capacidades e necessidades e na afirmação de uma autêntica igualdade entre as pessoas, conservando o carácter único de cada um?

A sociedade tem elevadas expectativas neste sentido, e a ciência deve responder a elas. Estas não são as únicas perguntas a que se deve responder no futuro.

Hoje, são já muito importantes no processo de formação do homem: um indivíduo sensível, humano e solidário. Mas para isso deve-se criar um novo mundo mais sensível, humano e solidário. E tudo deve encaminhar-se para este objectivo.



O JORNAL DE TODOS OS SOCIALISTAS FAZ QUATRO ANOS

O órgão oficial do PS fazia quatro anos.

Era um menino em idade, mas adulto no rigor da informação de toda a actividade do PS, quer das suas estruturas, quer dos seus parlamentares, quer ainda enquanto partido da oposição ou de governo.

Dirigido pelo camarada Alfredo Barroso, o «AS» era um jornal vivo, com reportagens, entrevistas e artigos de opinião e de reflexão sobre o socialismo democrático.

Tinha a redacção nas instalações da CEIG, a empresa gráfica onde era composto, revisto, montado e impresso por um conjunto dos melhores gráficos do País.

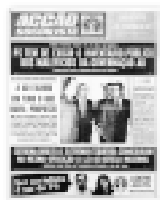
«O "Acção Socialista" tem sido, ao longo destes quatro anos, uma presença semanal permanente junto dos militantes e simpatizantes socialistas, de todos aqueles, em suma, que acreditam e lutam pelos ideais do socialismo democrático», lia-se na primeira página da edição de 1 de Dezembro de 1982. **J. C. CASTELO BRANCO**

1 de Dezembro

Quem disse?

«Uma Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas é, em qualquer país democrático, um instrumento fundamental do ordenamento jurídico constitucional e uma peça decisiva no equilíbrio entre os vários poderes»

Jorge Sampaio



Camarate 20 anos depois Governo fiel a separação de poderes

Na sequência dos acontecimentos do passado dia 4 relacionados com o processo judicial em torno da tragédia de Camarate, o Executivo socialista fez chegar ao órgão de Comunicação Social uma Nota que o «Acção Socialista» reproduz na íntegra:

«O Governo mantém e manter-se-á escrupulosamente fiel em todos os casos, ao princípio da separação de poderes, incluindo naturalmente no caso Camarate, hoje discutido na Assembleia da República.

Nesta matéria à Assembleia da República compete legislar, aos Tribunais compete julgar, ao Ministério Público compete dirigir as investigações e ao Governo compete fornecer àqueles os meios indispensáveis para o cabal cumprimento das suas funções.

Qualquer interferência do Governo que desrespeite a independência dos Tribunais

e o exercício das magistraturas é incompatível com o funcionamento do Estado democrático.

Esta é matéria de princípio que vincula todo o Governo e a sua acção.

O Governo confia na justiça portuguesa, para neste, como em todos os outros casos, procurar o integral esclarecimento da verdade.

O Governo regista o facto do procurador-geral da República ter reafirmado a total disponibilidade para a consideração de novas provas, se e quando forem apresentadas no processo.

Caso sejam necessários para este efeito meios de investigação adicionais, o Governo está inteiramente disponível para os facultar, a bem da verdade e da justiça. O primeiro-ministro reafirma a sua total confiança no ministro da Justiça que aceitou continuar no exercício das suas funções.»

Vila do Conde Guterres preside a arranque do Polis

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu, no dia 5, em Vila do Conde, ao arranque do Programa Polis nesta cidade, que abrange 118 hectares de toda a frente marítima e parte das margens do Rio Ave. A intervenção, que deverá estar concluída em Outubro de 2004, integra a requalificação do espaço público da Avenida Marginal, desde o limite do concelho até à Capela de Nossa Senhora da Guia e ao Parque Atlântico, junto ao Forte de S. João Baptista.

Um parque urbano de ligação à frente marítima, a construção de uma ciclovia nas margens do Ave e de um parque ribeirinho na Azurara, a criação de percursos pedonais e a requalificação da área de sapal são outras obras previstas.

Na Rotunda dos Fundadores, Guterres inaugurou um painel com um relógio electrónico que fará a contagem decrescente até à conclusão de toda a intervenção, deslocando-se de seguida à frente marítima, acompanhado pelo ministro do Ambiente, José Sócrates.

O Programa Polis envolve um investimento



de 160 milhões de contos (800 milhões de euros) e visa a requalificação urbana e ambiental de 18 cidades através da constituição de parcerias entre o Governo e os respectivos municípios e beneficiando de financiamentos do terceiro Quadro Comunitário de Apoio.

Equiparação de pensões custará ao Governo 15 milhões de contos

O Governo estima que a equiparação do valor das reformas entre os pensionistas que se aposentaram antes e depois da entrada em vigor do novo sistema contributivo representará um encargo para o Estado, até 2004, na ordem dos 15 milhões de contos.

De acordo com o secretário de Estado da Administração Pública, Alexandre Rosa, a medida aprovada em sede de Orçamento

de Estado, abrangerá cerca de 70 mil funcionários públicos, ou seja, aqueles que se aposentaram antes de 1 de Outubro de 1989.

Alexandre Rosa justificou ainda a necessidade de o Governo optar por uma aproximação faseada do valor das pensões, até se chegar à uniformização em Janeiro de 2004, pelo peso financeiro que esta medida envolve.

MANUTENÇÃO DE UM COMISSÁRIO PAÍS - FUNDOS ESTRUTURAIS POR UNANIMIDADE

Antes da cimeira de chefes de Estado e de Governo em Nice, Portugal já colocou em cima da mesa as duas questões que mais o preocupam e que pretendem evitar que haja um directório dos maiores Estados-membros dentro da União Europeia. Portugal não aceita que exista um esquema de rotatividade entre Estados-membros na nomeação de comissários europeus, defendendo que cada país deverá nomear um para esta instituição comunitária. Por outro lado, Portugal quer que os fundos estruturais continuem a ser objecto de decisão por unanimidade. Na segunda-feira, o ministro dos Negócios Estrangeiros admitiu que a reforma não fique completa em Nice, mas que isso não irá colocar em causa o alargamento da União Europeia.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, admitiu segunda-feira, em Bruxelas, a possibilidade de haver na próxima cimeira de Nice uma reforma completa das instituições comunitárias, mas disse acreditar que isso não irá colocar em causa o alargamento da União Europeia. Após o último encontro entre os chefes da diplomacia dos Quinze antes do Conselho Europeu de Nice, no qual foi feito um derradeiro esforço para avançar na reforma das instituições europeias, as questões mais importantes permanecem em aberto. A atenção centra-se agora nos chefes de Estado e de Governo da União Europeia que, a partir de quinta-feira, vão encontrar-se no Sul de França para tentar chegar a acordo sobre uma reforma ambiciosa das instituições comunitárias, necessária para o alargamento da União Europeia, a partir de 2003, a mais 12 países da Europa Central e Oriental e às ilhas de Chipre e de Malta. O titular da pasta dos Negócios Estrangeiros defendeu que «o processo de alargamento segue sempre», mesmo com a possibilidade de haver questões que não se vão resolver. Mesmo assim, Jaime Gama é da opinião que os Quinze estão a fazer «progressos limitados» e que as hipóteses de entendimento são «razoáveis». Mas, para que isso aconteça «é necessário que todos abdicuem um pouco das suas agendas nacionais», acrescentou. As questões mais difíceis, como o número de comissários, ou o novo equilíbrio de votos entre os Quinze, vão em aberto para Nice. No entanto, para Jaime Gama, «há uma grande faixa de convergência» nas outras duas questões: matérias que passam a ser decididas por maioria qualificada e não por unanimidade e a possibilidade de um número reduzido de Estados-membros poder avançar com



a execução de certas políticas.

Portugal mantém reservas de princípio quanto à possibilidade de o país deixar de ter um comissário em Bruxelas, nem que seja através de uma «rotação igualitária» como é proposto pela presidência francesa. «O que consideramos é que é necessário primeiro testar e, como vamos ter um alargamento que não é imediato, isso permite-nos certificar os argumentos da eficácia os argumentos da eficácia ou não do princípio», defendeu Jaime Gama. Os países grandes (França, Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha) estão de acordo em perder um dos dois comissários que têm em Bruxelas, a partir de 2005, a troco de uma alteração a seu favor do peso em votos que têm no Conselho de Ministros dos Quinze. A questão não é pacífica, existindo várias possibilidades para resolver o problema, através de uma pequena ou grande transferência de votos.

Divergências antes de Nice

Para complicar ainda mais, a Alemanha pretende ter mais votos do que os restantes «grandes», visto ter uma população superior e a Espanha quer ver confirmada definitivamente a sua equiparação a estes países. Portugal também se opõe à possibilidade de as votações relacionadas com a distribuição de fundos estruturais passarem a ser tomadas por maioria qualificada e não por unanimidade como actualmente. «Nós consideramos que a coesão económica e social, pela importância que tem na arquitectura da União Europeia, deve ser objecto de votação por unanimidade», disse Jaime Gama,

acrescentando que também aqui Portugal não está isolado, tendo o apoio de vários Estados-membros.

Dos 50 domínios identificados pelas presidências portuguesa e francesa para passarem a maioria qualificada, os cinco mais importantes continuam a não conseguir reunir o consenso dos Quinze: fundos estruturais, fiscalidade, relações comerciais, política social, justiça e assuntos internos. O único aspecto da reforma institucional dos Quinze onde parece haver um quase acordo é o das cooperações reforçadas, ou seja, a possibilidade de um número mínimo de oito países poder avançar na criação de políticas em vários domínios. A política europeia de segurança e defesa deverá ser incluída nos domínios já previstos aquando da última reforma do Tratado da União Europeia, em Amsterdão: todos os cobertos pelo Tratado actual e as questões relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal. «Há ainda alguns pontos finais a ajustar mas o esquema final está definido. A partir de agora, deixará de haver desculpas para que nenhuma cooperação reforçada tenha ainda sido proposta por um país», resumiu o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Parceria de adesão com Turquia

Na mesma reunião de Bruxelas, os Quinze chegaram a acordo segunda-feira sobre a «parceria de adesão» com a Turquia, adoptando um texto que agrada a Ancara e aos Estados-membros da União Europeia, nomeadamente a Atenas. «Há acordo sobre a parceria de adesão com a Turquia», declarou à imprensa o ministro, cujo país

ocupa actualmente a presidência da União Europeia. «É um documento importante para a União Europeia e importante para a Turquia. Define as prioridades a curto e médio prazo na aproximação entre a Turquia e a União Europeia. Esta parceria e as suas prioridades inscrevem-se plenamente no âmbito da cimeira de Helsínquia», disse o ministro dos Negócios Estrangeiros francês. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia também decidiram manter a sua estratégia oficial para as relações com Cuba, que vincula a cooperação à abertura política e económica do regime castrista. Os Quinze adoptaram esta decisão praticamente sem debate, depois de verificarem que desde Junho passado «não ocorreu nenhuma mudança política fundamental por parte do Governo cubano», apesar de vários «sinais contraditórios». Perante a ausência de alterações na situação interna da ilha, os ministros decidiram manter a política que adoptaram em Dezembro de 1996, desde então renovada de seis em seis meses, após uma avaliação da situação.

Desta vez, foi sublinhada a importância de que Cuba «adira aos princípios dos convénios relativos aos direitos civis, políticos e sociais e particularmente os relativos à pena de morte. Mesmo assim, os Estados-membros mostraram-se na disposição de alargar as ajudas a Cuba – até agora, de carácter humanitário – à protecção do meio ambiente e à prevenção de catástrofes naturais sempre que se verifique uma evolução na situação do país. Cuba é o único país da América Latina com o qual a União Europeia não tem relações contratuais de cooperação por razões de natureza política.

LEIAM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Jorge Sampaio, na sua qualidade de candidato à Presidência da República, criticou aqueles que tentam interpretar a Constituição da República à medida dos seus desejos, como no caso da ideia de um referendo sobre a droga. Em Castelo Branco, no passado sábado, onde inaugurou mais uma sede distrital da sua campanha, apelou a todos os cidadãos com responsabilidades políticas para lerem a lei fundamental. «Os que a não tiveram lido que a leiam se for possível, os que tinham a obrigação de a ler que se recordem do que leram e não façam da Constituição algo à medida dos seus desejos ou das suas expectativas», solicitou o chefe de Estado. Já em Braga, Jorge Sampaio afirmou que esta será a sua última campanha eleitoral e lembrou que entrou para a política já com a sua vida de advogado organizada, nunca tendo precisado dela para viver.

Em Castelo Branco, o Presidente da República começou por sublinhar que «as delegações de poderes e de mandatos chegam sempre ao fim, precisam de ser avaliados, renovadas e feitas novas escolhas. Portanto, esse é o momento mais evidente em que a Democracia volta a ser mais intensa que em outros dias e volta a ser um património nosso. Sobretudo o povo – e é isso que peço ao País –, faça, uma vez mais, o percurso de tomar posição e participar, que é tomar a democracia nas suas próprias mãos, pois a nossa democracia, quaisquer que sejam os desafios que estejam à sua frente, exige uma democracia adulta, participada, em que os cidadãos, contentes ou descontentes, exigentes ou menos exigentes, são eles sempre que decidem o nosso futuro», frisou.

De acordo com Jorge Sampaio, «o nosso dever, enquanto políticos, não é pedir-lhes gato por lebre, cheques sem cobertura, mas o nosso dever nestes períodos, como nos outros todos aliás, é contribuir para o seu esclarecimento, para os confrontar pacificamente com as grandes questões nacionais e falar-lhes sempre verdade, muito em especial nestas alturas». Reafirmou então a sua posição de que a «eleição por sufrágio directo participada e livre por todos os cidadãos do Presidente da República não pode ser perdida, já que é uma enorme conquista, pois ela dá força a quem seja eleito e os poderes de ser árbitro e moderador. E esta lição foi sempre aceite pelos portugueses», declarou o chefe de Estado na sua intervenção, para quem «não é preciso que haja drama nenhum em nenhuma eleição. Precisa-se de vivacidade de debate, mas somos um



país adulto. Ou queremos que uma eleição seja dramática para fazer títulos?» Respondendo aos sectores que exigem um referendo sobre a droga, o candidato apoiado pelo Partido Socialista esclareceu: «Eu digo leiam a Constituição e a lei orgânica do referendo. Mesmo supondo que o referendo seria aprovado pela Assembleia da República e, antes disso, lá tivessem chegado 75 mil assinaturas, nada disso poderia acontecer se não tivesse havido promulgação da lei. Não é possível fazer referendos sobre leis que já terminaram a sua passagem pela Assembleia da República. É basililar. Custa-me ver pessoas de grande responsabilidade ignorar alguns dos fundamentos básicos do nosso regime constitucional tão importante», sublinhou. Na cerimónia, esteve presente o ex-ministro da Educação e mandatário distrital da candidatura presidencial de Jorge Sampaio, Eduardo Marçal Grilo. No almoço, em Belmonte, a convite do presidente da Câmara Municipal, Amândio de Melo, participou todo o executivo.

A última campanha de Sampaio

Já no domingo, o candidato à Presidência

do Amaral – que «há quem convide o País a descreer de si próprio, apesar de ter tanta responsabilidade como nós no que se passa. Sabemos todos, para além da nossa lucidez, que há problemas, que os juros e a inflação subiram um bocadinho, mas não podemos esquecer que já foram de 25 por cento», declarou, sustentando que a resposta aos descrentes só pode ser a de dizer aos jovens que «devem trabalhar para conquistar o futuro».

Políticas de reinserção na droga

No seu discurso em Braga, o Presidente da República voltou a abordar a problemática da toxicod dependência, frisando que os que caem na doença, os toxicod dependentes, «não podem ser marginalizados, têm de ser apoiados e reinseridos socialmente». Depois de apelar à realização de uma campanha optimista, que mobilize os cidadãos para os desafios do futuro, o chefe de Estado declarou que Portugal terá um grande futuro pela frente «se nos tornarmos competitivos, se aplicarmos bem o III Quadro Comunitário de Apoio nos próximos seus anos e se soubermos combater as diferenças entre o litoral e o interior». Terminou a seguir, apelando aos cidadãos para que não se desmobilizem nas eleições para a Presidência da República. Sustentou mesmo que um país que não vota, que não dá testemunho «é um país distraído».

Antes, em Viana do Castelo, Jorge Sampaio advogou que o boicote eleitoral «é a coisa mais grave que pode haver numa democracia» e apelou aos portugueses para que não enveredem por esse meio na tentativa de resolver os seus problemas. «Percebo que as pessoas tenham críticas a fazer e expectativas não realizadas, mas espero que também percebam que o boicote eleitoral, além de punível por lei, é a pior maneira de resolverem os seus problemas», frisou. Jorge Sampaio respondia assim à ameaça de boicote eleitoral em um freguesia de Arcos de Valdevez, por causa de falta de apoio governamental às vítimas das cheias. «Não façam uma coisa dessas», apelou o candidato, ao mesmo tempo que convidava as populações descontentes a insistir junto de quem de direito, «porque nem sempre há disponibilidade financeira para resolver os problemas».

Por outro lado, Jorge Sampaio deixou bem claro que o Presidente da República não pode ser visto como uma espécie de «curador de menores» para encaminhar os cidadãos. Já que este só suficientemente adultos e responsáveis para dispensar essa tutela. «É impossível que uma Constituição democraticamente votada tivesse pensado que os portugueses precisam de tutela e tivesse desenhado uma espécie de curador de menores para encaminhar os cidadãos», sublinhou o chefe de Estado.

REFORÇADAS GARANTIAS DO CONTRIBUINTE

O Executivo socialista deu carta branca a uma proposta de lei que reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo regime geral para as infracções tributárias. A decisão foi tomada na passada quinta-feira, dia 30 de Novembro, durante a reunião de Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa.

O actual quadro de direitos dos contribuintes tem sido prejudicado, na sua tutela efectiva, pela morosidade na resolução das questões controvertidas.

O diploma aprovado pelo Governo estabelece medidas destinadas a assegurar essa tutela efectiva, destacando-se o estabelecimento de um prazo de dois anos para decisão em processo judicial tributário, bem como de 90 dias nos casos urgentes; a perda das garantias do Estado sobre os créditos tributários caso o processo judicial não esteja resolvido no prazo de dois anos ou, no prazo de um ano, quando se tratar de reclamação graciosa; e a estatuição de um princípio de caducidade do direito da Administração corrigir a liquidação do imposto, sempre que a Administração não actue nesse sentido no prazo de seis meses após o termo do prazo de uma inspecção. A proposta de lei prevê ainda a revisão do regime da impugnação tributária, para simplificar o respectivo processo; a definição do princípio de que os prazos para a prática de actos do Ministério Público e do representante da Fazenda Pública têm natureza de prazos peremptórios – isto é, deixam de poder ser praticados após o termo do prazo – e a revisão do regime das execuções fiscais, de forma a garantir maior transparência ao respectivo processo, assegurando uma ampla divulgação, incluindo os meios da Internet, dos bens em venda e proibindo a intervenção de sociedades sediadas em territórios de fiscalidade privilegiada.

Unificar legislação tributária

Por outro lado, o combate às infracções

tributárias pressupõe um regime sancionatório justo e eficaz, que assente na fiscalização rigorosa mas selectiva dos factos tributários e do cumprimento dos deveres que impendem sobre os contribuintes.

O Governo chefiado pelo camarada António Guterres considera «imprescindível», para este efeito, fundir num só texto o Regime Jurídico das Infracções Fiscais Aduaneiras (decreto-lei n.º 376-A/89, de 25 de Outubro) e o Regime Jurídico das Infracções Fiscais Não Aduaneiras (decreto-lei n.º 20-A/90, de 15 de Janeiro), de modo a trazer unidade de forma ao Direito Penal Tributário, juntando no mesmo texto também disposições sancionatórias avulsas que aqui devem ter o seu assento próprio, abrangendo os crimes relativos à Segurança Social.

Importava também, segundo o Executivo, reforçar a coerência interna do sistema penal tributário e impunha-se rever e adaptar à realidade económica e social do País alguns dos tipos penais, reaproximando a dosimetria das sanções da gravidade das condutas em jogo e do fito preventivo que a lei assume.

São esses os propósitos a que se dirige o Regime Geral das Infracções Tributárias, cuja aprovação é integrada no Capítulo I deste diploma.

Para além da unificação formal do Direito Penal tributário, introduzem-se por meio do novo Regime Geral inovações de substância importantes, capazes de transformar positivamente a justiça fiscal portuguesa.

Assim, põe-se termo à penalidade cumulativa da prisão e multa nos casos de crime, cominando-se as duas sempre como alternativa; adopta-se com clareza o princípio de que as infracções tributárias são especiais relativamente às comuns; clarificam-se regras quanto ao concurso de infracções; e abandona-se a regra da responsabilidade cumulativa das pessoas colectivas e dos seus administradores e representantes em matéria de contra-ordenações tributárias.

No domínio das infracções aduaneiras,

reformulam-se profundamente os crimes de contrabando e a contra-ordenação de descaminho, aproximando-os da fraude fiscal.

A disciplina penal e contra-ordenacional dos impostos especiais de consumo é unificada também, integrando-se agora no Regime Geral o crime de introdução fraudulenta no consumo e a contra-ordenação de introdução irregular.

No tocante ao campo fiscal, introduz-se um tipo autónomo de burla fiscal, capaz de pôr termo à incerteza doutrinária que tem rodeado a repressão penal de certas práticas defraudatórias da administração tributária e reformulam-se os crimes de fraude fiscal e de abuso de confiança fiscal, recortando com maior rigor a previsão da lei e densificando os tipos legais, de modo a trazer-lhes maior segurança e eficácia na prevenção e repressão da fraude e evasão.

Nova classificação criminal

Como instrumento importante neste combate, introduz-se um novo tipo criminal de fraude fiscal qualificada, dirigida a casos mais gravosos, como aqueles em que o agente se socorra da falsificação de livros e documentos fiscalmente relevantes ou se sirva da interposição de terceiros residentes em territórios com regime fiscal claramente mais favorável.

Em suma, procurou-se organizar um sistema coerente que, sem deixar de facilitar a regularização da situação fiscal dos contribuintes e permitir a suspensão do processo e a dispensa da pena nos casos menos graves, estabelece um quadro rigoroso e justo de punição das situações onde se revela um dolo mais intenso.

Por outro lado, no domínio processual, acaba-se com a fase denominada de «averiguações», atribuindo-se ao Ministério Público a direcção da primeira fase do processo, o inquérito, embora se presuma a delegação de poderes nos órgãos competentes da administração tributária. Finalmente, quanto à organização judiciária tributária, dá-se início ao processo que

conduzirá ao fim da dependência dos tribunais tributários do Ministério das Finanças, passando a integrá-los organicamente no Ministério da Justiça, situação que, à luz dos princípios, não pode oferecer contestação.

No âmbito do esforço coordenado tendente à melhoria das condições de funcionamento dos tribunais tributários, propõe-se ainda que se ponha fim à «inaceitável» situação de algumas entidades públicas beneficiarem da reserva de um juízo dos tribunais tributários de Lisboa e do Porto para conhecimento do contencioso relativo às respectivas receitas tributárias.

Ainda «mais injustificada» é a excepção que aproveita às Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, conferindo-lhes o direito de procederem nos tribunais tributários da respectiva área à cobrança coerciva de taxas, encargos de mais-valias e restantes receitas de natureza tributária por si cobradas.

Trata-se, de acordo com o Executivo, de «uma solução totalmente incoerente com o modelo que foi adoptado desde o Código de Processo Tributário de 1991, modelo mantido no Código de Procedimento e de Processo Tributário, por força do qual a cobrança coerciva das dívidas fiscais deixou de estar cometida aos tribunais tributários».

Tendo em conta que as Câmaras de Lisboa e do Porto são dotadas de maiores estruturas e recursos volta a cometer-se a estas duas autarquias a competência para a cobrança coerciva das receitas tributárias por si cobradas a exemplo do que sucede com os outros municípios.

De modo a evitar que a transição se faça com prejuízo do bom curso dos processos pendentes, continuarão a correr nos tribunais tributários de Lisboa e do Porto as execuções para cobrança coerciva das receitas tributárias dos municípios de Lisboa e do Porto instauradas até 90 dias após a publicação da presente lei, sendo transferidas para os municípios correspondentes as que se encontrarem pendentes à data de 1 de Janeiro de 2002.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O secretário de Estado da Administração Local homologou na passada terça-feira, dia 4, em Viana do Castelo, um contrato-programa pelo qual o Estado atribui cerca de 109 mil contos para a construção do Centro de Estágios do Alto Minho, em Melgaço.



Este contrato-programa, celebrado entre a autarquia local e o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, envolve um investimento global de perto de 218 mil contos e insere-se no âmbito da cooperação financeira entre o Estado e as autarquias locais.

O Centro de Estágios do Alto Minho/Complexo Desportivo do Monte de Prado deve estar concluído até final de 2001 e vai significar um investimento público de cerca de dois milhões de contos.

Um campo de futebol relvado (com pista de tartan, bancadas para cerca de duas mil pessoas, balneários, sala de musculação, sala de massagens, sauna e gabinete médico) e um campo de treino pelado são algumas das valências que constituirão o complexo.

Outras valências são um circuito de manutenção, um campo de mini-golfe, um parque infantil, um anfiteatro ao ar livre, um parque de merendas, um campo de ténis, um polidesportivo e um gimnodesportivo.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura realizou, no dia 1, em Vila Real, um debate com os vitivinicultores da região, cujo tema central foram os problemas financeiros da Casa do Douro, e a propósito do qual salientou o empenho do Governo numa resolução. Capoulas Santos, acompanhado em Vila Real pelos secretários de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, admitiu a existência de problemas na Região Demarcada do Douro e destacou a dificuldade financeira da Casa do Douro para pagar os custos do seu endividamento, nomeadamente uma dívida de 17,5 milhões de contos, que tem o aval do Estado, com a garantia das reservas de vinho da instituição.

A Casa do Douro exerceu durante 63 anos uma função socioprofissional para os vitivinicultores e outra em nome do Estado,



porém «com a democratização e a adesão à União Europeia, parte das suas tarefas foram-lhe retiradas (em 1995) e simultaneamente não houve a capacidade de criar condições de sustentabilidade económica e financeira para a instituição», sublinhou.

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou, no dia 30, no Barreiro, que o Governo deverá aprovar, no início do próximo ano, legislação adequada para a recolha selectiva e reciclagem de pneus, óleos usados e outros fluxos de resíduos.



A intenção de promover a recolha selectiva de pneus e de óleos usados foi anunciada durante uma operação de armazenamento de cerca de 14,8 toneladas de pilhas, nas instalações da Quimitécnica, no Barreiro. Sócrates prometeu mais novidades para o mês de Janeiro, mas adiantou desde já que o Executivo se propõe adoptar um sistema idêntico ao que vai ser implementado na recolha de pilhas e acumuladores.

«É um sistema que já deu bons resultados na recolha de embalagens e que vamos aplicar na recolha de outros fluxos de resíduos», disse.

Sobre a operação de armazenamento de pilhas na Quimitécnica, para posterior reciclagem na empresa Sitrom, em França, José Sócrates justificou o financiamento da

operação, com um custo global estimado de seis mil contos (260 contos/tonelada), pelo Ministério do Ambiente, considerando que «não faria sentido perder-se o esforço desenvolvido por alunos de várias escolas e pelas associações ambientalistas Planeta Verde e Liga para a Protecção da Natureza (LPN) na recolha de pilhas para reciclagem».

DESPORTO

O ministro da Juventude e Desporto voltou a defender, no dia 1, a reforma do Imposto Automóvel prevista pelo Governo e que levou algumas marcas a anunciar o possível abandono do campeonato nacional de todo-o-terreno.

Armando Vara não vê porque razão o aumento do imposto possa prejudicar uma competição e entende a medida do Executivo como uma atitude de «justiça fiscal», uma vez que «havia um conjunto de veículos automóveis que tinham uma diminuição do imposto, sem que nada o justificasse».



«A que propósito é que jipes, que não têm nenhuma ocupação em nenhuma espécie de actividade, têm um bónus fiscal do qual não beneficia o carro de qualquer outro cidadão. Isso é que era irrealista», completou o ministro, que discursava no Congresso Segurança e Desporto Automóvel.

No entanto, Vara tem consciência da impopularidade da medida e estabeleceu um termo de comparação: «Quando há pouco tempo quisemos ser um pouco mais exigentes em relação ao combate ao consumo de álcool em Portugal, também houve logo uma série de entidades que disseram logo que acabamos com o desporto».

«Não acaba nada. As pessoas têm que ter em conta que as leis são para cumprir e que há certas coisas que têm de ser feitas. Seja no que tem a ver com o combate ao alcoolismo, ou seja no que tem a ver com uma uniformização fiscal», salientou.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural de Portugal afirmou, no dia 4, em Lisboa, que o movimento cooperativo deve aproveitar as

«oportunidades da globalização para definir uma estratégia que o fortaleça cada vez mais».

Vitor Barros falava pouco antes de viajar para o Rio de Janeiro, onde participa no «Rio Cooperativo 2000», em que está a ser abordada «A Identidade Cooperativa no Novo Milénio».



O evento, que decorre até hoje, é patrocinado pela Aliança Cooperativa Internacional.

Reúne mais de 250 cooperativas de diversos países de vários continentes, sendo a delegação portuguesa composta por 230 pessoas.

Vitor Barros referiu também que falaria, ontem, da experiência da integração de Portugal na União Europeia como «testemunho» para o processo de integração do Mercosul.

A intervenção do governante foi centrada ainda em três ideias-chave. A primeira é a de que «um país pequeno como Portugal, que tem um sistema democrático recente, conseguiu fazer com sucesso a sua integração na União Europeia».

A segunda, passou por explicar a importância dos apoios à modernização e aos produtos agrícolas, que em Portugal tem tido uma evolução «muito positiva» para o sector cooperativo. A terceira teve a ver com o facto de, apesar de Portugal ser um país pequeno em dimensão, o movimento cooperativo deu um «assináável enquadramento técnico e económico dos agricultores» ao longo dos últimos anos.

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, disse, no dia 4, em Carrazeda de Ansiães, que a partir de 2001 as empresas que se instalarem em concelhos do interior do País vão ter reduções nas taxas de IRC. Elisa Ferreira classificou de «discriminação positiva» esta medida, aprovada recentemente na Assembleia da República e que prevê que as «empresas normais» passem a pagar apenas 25 por cento da taxa de IRC e as pequenas empresas que aderiram ao regime simplificado de tributação 15 por cento.

PELO PAÍS

Governança Aberta

«Temos já as condições pré-definidas para regulamentar os incentivos relativos à taxa de IRC», declarou Elisa Ferreira, respondendo a uma aspiração do presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães.



A ministra do Planeamento inaugurou, acompanhada pelo secretário de Estado, a zona de apoio oficial e artesanal de Carrazeda de Ansiães, apoiada pelo Programa Prodouro em cerca de 64 mil contos do custo global de 107 mil. Inaugurou ainda o largo da feira onde foi feito um investimento de 123 mil contos, 54 mil dos quais financiados pelo mesmo programa, e procedeu ao lançamento oficial da obra de arranjo urbanístico do centro da vila financiada pela nova versão do programa (ON Douro).

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, disse, no dia 1, em Lisboa, que a luta contra a Sida é uma prioridade «inequívoca» do seu Ministério e do Governo, admitindo que existe ainda um défice de informação preventiva.

A ministra afirmou que as campanhas de prevenção vão ser reforçadas, inclusivamente nas escolas, através de um trabalho conjunto das direcções regionais de saúde, organizações não governamentais e Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, que vai traduzir manuais da UNESCO já utilizados noutros países «com sucesso».

Manuela Arcanjo falava aos jornalistas no decorrer do Dia Nacional de Luta Contra a Sida, assinalado de forma lúdica no Parque das Nações, com espectáculos de circo, animação diversa, música e palhaços, numa iniciativa também dirigida às crianças em que não faltou a mediática dupla «Batatinha e Batatoon». «A infecção pelo VIH-Sida não é um problema dos outros, mas de todos nós», referiu Manuela Arcanjo, ao sublinhar a importância de sensibilizar toda a sociedade.

A ministra admitiu que o número de casos conhecidos estará longe de corresponder à realidade, sublinhando que o Governo não tem meios para estimar o número total.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, sublinhou, no dia 3, o «inabalável» compromisso do Governo para acelerar o «complexo» processo da inclusão social, económica e cultural das pessoas com deficiência.



«Em Portugal, estamos a viver uma etapa particularmente decisiva no processo de desenvolvimento do Sistema Nacional de Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, decorrente, no essencial, das novas políticas sociais consagradas na respectiva Lei de Bases», frisou Ferro Rodrigues.

O governante referiu-se, nomeadamente, aos «níveis elevados» de envolvimento e solidariedade da sociedade portuguesa na causa da reabilitação e das respostas oficiais e particulares face às necessidades especiais destes cidadãos.

Outros progressos apontados por Ferro Rodrigues relacionam-se com a acessibilidade comunicacional, informativa, psicológica, física e arquitectónica, com a elevação cultural das próprias pessoas, «graças ao esforço conjunto da sociedade e do Estado no desenvolvimento da educação inclusiva e da formação profissional».

Ferro Rodrigues, que falava em Viana do Castelo, no decorrer das comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, destacou ainda a campanha nacional, que decorre neste momento, com vista à sensibilização dos empresários para as capacidades dos deficientes.

TRANSPORTES

O secretário de Estado dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, presidiu, ontem, à inauguração da nova central de camionagem de Alcácer do Sal, que representa um investimento global de 120 mil contos.

Além de facilitar a operacionalidade dos autocarros, que dispunham de um espaço exíguo para as manobras e para o embarque/desembarque de passageiros, a nova central de camionagem está dotada dos mais modernos equipamentos e de condições de comodidade e segurança para os utentes e para as empresas de transporte rodoviário.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 30 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo regime geral para as infracções tributárias;
- Uma resolução que promove a reestruturação orgânica e funcional da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida;
- Um decreto-lei que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60 por cento, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local;
- Um decreto-lei que regulamenta a Lei 166/99, de 14 de Setembro, que aprova a Lei Tutelar Educativa;
- Uma proposta de lei que altera os artigos 23º, 30º e 114º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, que organiza o processo do Tribunal de Contas e o artigo 18º do decreto-lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, que aprova o estatuto do serviço de apoio do Tribunal de Contas;
- Um diploma que altera os artigos 5º e 8º do decreto-lei n.º 179/2000, de 9 de Agosto, que regulamenta a Lei n.º 3/2000, de 20 de Março, estabelecendo as regras relativas ao concurso público destinado a seleccionar licenciados em Direito de reconhecida idoneidade, competência e experiência profissional para o exercício temporário de funções de juiz nos tribunais de 1ª instância;
- Um decreto-lei que estabelece as disposições aplicáveis à definição de crise energética, à sua declaração e às medidas de carácter excepcional a aplicar nessa situação;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de pilhas e acumuladores, bem como a gestão de pilhas e acumuladores usados e transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias respectivas;
- Um decreto-lei que prorroga até 31 de Dezembro de 2001 os períodos de instalação da Escola Superior de Tecnologia de Tomar e da Escola Superior de Gestão de Tomar;
- Um decreto-lei que aprova o regulamento sobre a Determinação da Potência dos Motores dos Automóveis» e transpõe para o direito interno a correspondente legislação europeia;
- Um decreto regulamentar que altera a composição da Comissão de Planeamento do Transporte Aéreo de Emergência;
- Uma resolução que delega no ministro da Cultura a competência para autorizar o procedimento e a realização de despesas relativas aos trabalhos no Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, em Coimbra;
- Uma resolução que autoriza o Instituto Politécnico de Beja a adquirir, a título oneroso e mediante prévia celebração de um contrato-promessa de compra e venda com eficácia real, o prédio rústico situado na Horta dos Frades e do Calvário, freguesia de Santiago Maior e de parte do prédio misto situado em S. Sebastião, freguesia de Santiago Maior, ambas do município de Beja;
- Uma resolução que nomeia Jaime Serrão Andrez para presidente do conselho de administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, e Maria Leonor Mendes da Trindade para vogal do mesmo órgão de administração;
- Uma resolução que, nos termos da proposta do ministro dos Negócios Estrangeiros, confia a chefia da Delegação Permanente de Portugal junto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em Paris, a Fernando Gomes.



VISITE
O SITE
DO PARTIDO
SOCIALISTA

<http://www.ps.pt>

REESTRUTURADA COMISSÃO DE LUTA CONTRA A SIDA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 30 de Novembro, uma resolução que promove a reestruturação orgânica e funcional da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida.

A permanente evolução na investigação científica relativa a esta patologia, nomeadamente com a inclusão de novas terapêuticas anti-retrovíricas, assim como, os novos meios de informação e de luta contra a proliferação da infecção, levou à necessidade urgente de uma reestruturação profunda da entidade a que incumbe esta missão, designadamente a três níveis: redefinição das missões da actual Comissão; reestruturação da respectiva orgânica, incluindo a reorientação da gestão descentralizada; e optimização da afectação dos recursos existentes nesta área.



COMISSÃO NACIONAL
LUTA CONTRA A SIDA



Ministério da Saúde

A presente reestruturação orgânica e funcional constitui uma peça fundamental na estratégia de combate à Sida.

À Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (CNLCS) compete estabelecer e coordenar o Programa de Luta Contra a Sida, em duas grandes áreas: prevenção da infecção VIH/SIDA nas pessoas que não estão infectadas e apoio no domínio médico-social a todas as pessoas que tenham contraído a infecção pelo VIH.

Nestas duas áreas incluem-se as acções de informação, educação e aconselhamento, que são quer da responsabilidade da CNLCS, quer de outros organismos governamentais, e ainda de organismos não governamentais; e a participação e dinamização de actividades de investigação ou intervenção, e a coordenação das actividades de investigação nos seus diferentes aspectos.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TÊM QUOTA DE EMPREGO

O Governo aprovou, na generalidade, um decreto-lei que estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60 por cento, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local.

A decisão foi tomada, no dia 30, em Lisboa, durante a passada reunião de Conselho de Ministros.

A escolha de profissão e o acesso à função pública, são direitos constitucionalmente garantidos a todos os cidadãos, em condições de igualdade e liberdade.

Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos consignados na constituição, com ressalva daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

Até aqui, o número de cidadãos portadores de deficiência trabalhadores da administração pública é, no conjunto do universo destes trabalhadores, francamente diminuto, fazendo todo o sentido que o Estado, na sua qualidade de grande empregador, tome a seu cargo a responsabilidade de promover a qualificação laboral do cidadão portador de deficiência e torne possível o seu acesso a emprego qualificado.

Considerando o previsto na Lei de Bases da Prevenção, da Reabilitação e Integração



das Pessoas com Deficiência, este diploma dá corpo a uma medida de maior importância, que permitirá o início da recuperação de um atraso de muitos anos, no quadro do acesso ao emprego por parte do cidadão portador de deficiência, instituindo-se, por forma a favorecer a sua

integração profissional no mercado de trabalho, uma quota obrigatória de cinco por cento nos concursos externos de ingresso na função pública, ou uma preferência no preenchimento dos lugares postos a concurso, quando estes sejam inferiores a dez e se verifique uma

igualdade de classificação.

O acompanhamento da aplicação do presente diploma pertencerá à Direcção-Geral da Administração Pública, que deverá informar da sua evolução o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

DAS PALAVRAS AOS ACTOS

«Não basta falar em reforma fiscal como tem feito alguma oposição – há boas, más e péssimas reformas – é preciso dizer o que se quer fazer com os impostos pagos pelos contribuintes portugueses e também europeus».

Foi esta a mensagem deixada numa recente declaração de voto sobre o Orçamento de Estado para 2001, aquando da discussão na especialidade, pelos deputados socialistas Francisco Assis, Francisco Torres, Maria Santos e João Cravinho. Para os parlamentares do PS, «uma verdadeira reforma fiscal tem a ver com incentivos económicos», pelo que «é necessário acabar com os incentivos errados (de que um dos exemplos mais absurdos era o privilégio fiscal concedido aos veículos todo-o-terreno)».

«É também necessário reduzir os impostos sobre o trabalho, penalizando a tributação da utilização dos recursos não renováveis e/ou poluentes para favorecer a criação de emprego nas indústrias e serviços de futuro», diz o documento.

Referindo-se especificamente às propostas de alteração que o GP/PS apresentou ao Governo na discussão em



sede de especialidade do OE 2001, os deputados salientam a «grande abertura» demonstrada pelo Executivo perante preocupações relativas à reforma fiscal. Das propostas de alteração, os camaradas deputados sublinham a tributação que beneficia claramente os veículos menos poluentes; o incentivo claro às energias renováveis e à poupança doméstica de energia em sede de IRS; e a criação do imposto ambiental sobre o consumo, a prefigurar as futuras eco-taxas. **MARY RODRIGUES**

APROVADA REVISÃO DO ESTATUTO

O novo estatuto dos deputados foi aprovado, no passado dia 30 de Novembro, pela Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias com os votos do PS, PCP, CDS-PP e Bloco de Esquerda e com a abstenção do PSD.

Em causa esteve a norma que vai obrigar os deputados-autarcas a terem de optar em definitivo, num período de 180 dias e a partir da próxima legislatura, pelo cumprimento do seu mandato no Parlamento ou no município.

O PSD viu rejeitada a sua proposta de alteração no sentido de permitir que o autarca regressasse ao seu lugar no Parlamento após cessar o seu mandato na edilidade.

A proposta laranja mereceu o voto contra do PS, PCP, CDS-PP e Bloco de Esquerda. O deputado independente da bancada do PS Cláudio Monteiro votou sozinho contra o artigo referente às despesas de representação, as quais são limitadas a cerca de 40 deputados com funções em presidências e vice-presidências de grupos parlamentares, Assembleia da República ou comissões, e a secretários da mesa do Parlamento.

No que respeita às incompatibilidades no



exercício do mandato de deputado, ficam limitadas à colisão de interesses com os cônjuges com comunhão de bens e com os filhos.

Outra alteração prevê a suspensão da contagem do prazo para a prescrição de um processo enquanto o deputado estiver escudado na sua imunidade parlamentar. Por outro lado, a própria Assembleia da República passa a colaborar com os tribunais, responsabilizando-se por notificar os deputados alvo de procedimento criminal.

UM OE QUE PROMOVE DESENVOLVIMENTO E REFORÇA COESÃO



«Este é um Orçamento que reduz impostos, que apoia um desenvolvimento económico harmonioso, que garante, imbuído de princípios de solidariedade, o reforço

da coesão entre as pessoas, as famílias e as regiões», afirmou no dia 29 de Novembro, na Assembleia da República, o deputado socialista Joel Hasse Ferreira, durante a discussão do Orçamento de Estado (OE) para 2001.

Numa época de crescimento económico em que vivemos desde 1994, acelerado desde 1996, impõe-se uma partilha tão equilibrada quanto possível dos frutos desse crescimento, sustentou o deputado do PS.

No que concerne às despesas necessárias, referiu, «foram consideradas prioridades as despesas sociais e as de investimento, mas também as finanças locais».

Quanto à questão dos impostos, disse

que a sua redução se verificou «essencialmente nos domínios sociais, nas áreas da tributação energética, bem como no apoio às empresas situadas em regiões menos desenvolvidas», numa lógica que tem a ver com o modelo estratégico de desenvolvimento adoptado.

Equilíbrio financeiro

Ou seja, um modelo de desenvolvimento, explicou, que privilegia «melhores condições ambientais, mais adequados apoios na área social, por via fiscal, e incentiva uma melhor inserção territorial do nosso tecido empresarial».

E, «last but not least», frisou, neste OE «reduz-se significativamente o IRS e adoptam-se algumas medidas exemplares, precursoras da reforma fiscal que está já em curso».

Relativamente ao equilíbrio financeiro, disse, «continuamos a reduzir o défice e a controlar a dívida». **J. C. CASTELO BRANCO**

EDIFÍCIOS NOVOS PARA SAÚDE E GNR

Os deputados socialistas Helena Ribeiro e Francisco Assis solicitaram, no passado dia 23, «informações precisas» sobre «o grau de prioridade» que será atribuído por parte da tutela de Manuela Arcanjo à construção de um novo edifício destinado a albergar a extensão de Vila Meã do Centro de Saúde de Amarante.

Os parlamentares do PS recordaram no texto do requerimento que apresentaram na Assembleia da República, que as actuais instalações da referida extensão de saúde não foram construídas de raiz para o uso que se lhes está a dar, «resultando daí sérias desvantagens para os utentes e para os profissionais que lá trabalham».

Helena Ribeiro e Francisco Assis não deixaram de salientar o agrado com que verificaram o reforço da verba constante do PIDDAC destinada a financiar esta obra.

Num outro requerimento apresentado à Mesa da Assembleia no mesmo dia, os deputados abordam o problema do Posto de GNR de Amarante, que se encontra «aquartelado num edifício que é da propriedade da Câmara e se encontra localizado mesmo ao lado dos Paços do Concelho».

De tal situação deriva, segundo Assis e Ribeiro, «evidentes prejuízos» quer para a



autarquia quer para a GNR.

A necessidade urgente, na opinião destes parlamentares, de proceder à construção de um novo quartel não permite que o arranque da obra se prolongue por tempo indefinido, atendendo aos «graves prejuízos» para o interesse público que decorreriam de tal demora.

Assim, Francisco Assis e Helena Ribeiro requereram ao Ministério da Administração Interna informações sobre «a data previsível para o lançamento do concurso deste empreendimento». **MARY RODRIGUES**

BRUXELAS

Finanças

QUINZE ACORDARAM HARMONIZAÇÃO DA FISCALIDADE SOBRE POUPANÇA

Os Quinze chegaram em Bruxelas a acordo sobre a harmonização de uma parte importante da fiscalidade da poupança depois de o Luxemburgo ter levantado as suas reservas sobre a questão.

O compromisso respeita as linhas do acordo político que já tinha sido anunciado na Cimeira de Santa Maria da Feira que marcou, em Junho último, o fim da presidência portuguesa da União Europeia. Os Estados-membros da União Europeia comprometeram-se a generalizar, até 2010, um sistema de troca de informações entre as suas administrações fiscais.

O objectivo é que todos os cidadãos da Comunidade Europeia paguem impostos pelos rendimentos das suas poupanças, independentemente do Estado-membro onde elas são aplicadas.

Na realidade, isto significa o fim do segredo bancário na UE, pois cada país vai poder reclamar o pagamento do imposto sobre



os capitais aplicados noutra Estado-membro.

O ministro do Tesouro do Luxemburgo, Luc Frieden, disse em conferência de Imprensa que «a decisão depende ainda do

resultado das negociações com os países terceiros», que também têm de aceitar a generalização do sistema de troca de informações para que as praças europeias não sejam prejudicadas pela alteração do actual sistema.

«Desejo boa sorte às duas presidências (da UE) que se seguem», concluiu Luc Frieden numa referência às dificuldades esperadas nas conversações com países como a Suíça e o Liechtenstein, paraísos fiscais, tão do agrado de uma certa direita ultraliberal, que defendem a todo o custo o seu segredo bancário.

Luxemburgo, Áustria e Bélgica vão poder manter durante o período transitório, 2003-2010, um sistema de retenção na fonte com uma taxa de imposto de 15 por cento, no mínimo, nos três primeiros anos e em seguida de 20 por cento.

Estes países também se comprometem, durante esse período, a transferir 75 por cento da receita fiscal do imposto sobre a

poupança para o Estado-membro de residência do aforrador.

Portugal escolheu fazer parte do grupo maioritário que vai implementar o sistema de troca de informações logo desde o início.

O ministro das Finanças português, Pina Moura, explicou que o País se está a preparar para o novo sistema e que, nomeadamente, «no quadro da reforma fiscal apresentada no Parlamento e já aprovada na generalidade, há um conjunto de alterações e de derrogações à regra do sigilo bancário em Portugal».

O acordo sobre a fiscalidade dos rendimentos da poupança também abriu o caminho para um compromisso sobre as duas outras medidas do pacote fiscal: o Código de Conduta para eliminar a concorrência desleal entre empresas e a proposta para evitar a dupla tributação de juros e *royalties* entre empresa-mãe e filiais que operam em vários Estados-membros.

COMISSÃO EUROPEIA

Capoulas Santos salienta

PORTUGAL ESTÁ NA VANGUARDA DA LUTA CONTRA A BSE NA EUROPA

O ministro da Agricultura português, Capoulas Santos, afirmou-se satisfeito por verificar que «tardiamente» a Comissão Europeia está a começar a subscrever as teses que há muito tempo defende quanto à proibição da utilização de farinhas de carne e osso na alimentação de todos os animais.

Capoulas Santos reagiu desta forma, em declarações em Portel, onde inaugurou uma feira do montado, à proposta aprovada no dia 29 de Novembro pela Comissão Europeia para que essa proibição vigore durante seis meses.

Esta é uma das propostas aprovadas por Bruxelas para fazer frente à crise da BSE e que foi apresentada ao Conselho de Ministros da Agricultura dos Quinze, realizada na passada segunda-feira.

«Estou naturalmente satisfeito por verificar que tardiamente a Comissão Europeia está a começar a subscrever as teses que há muito tempo defendemos e praticamos», disse.

Capoulas Santos salientou ter verificado «com muita satisfação» que as propostas que apresentou no Conselho de Ministros da Agricultura em Bruxelas e que foram rejeitadas por uma maioria de Estados-membros «sejam exactamente as mesmas propostas que vão ser agora apresentadas



pela Comissão e mesmo assim ainda mais moderadas do que as minhas».

Comissários elogiam Lisboa

Isto porque Capoulas Santos disse ter proposto sem limite de tempo a interdição total e a Comissão agora propõe por seis meses.

«Constatamos hoje, quer o comissário europeu responsável pela Saúde e Defesa do Consumidor, David Byrne, quer o comissário da Agricultura e Pescas, Franz Fischler, referiram publicamente que aquilo que está a ser feito em Portugal é exemplar e que devia ser seguido por todos os Estados-membros», acrescentou.

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS

Helena Torres Marques defende

MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS CENTROS DE DECISÃO MUNDIAIS

A eurodeputada socialista Helena Torres Marques defendeu numa sessão plenária do PE, em Estrasburgo, uma maior participação das mulheres nos centros de decisão mundiais.

«A participação das mulheres na tomada de decisões relativas à prevenção e resolução de conflitos armados ou iniciativas de paz é ainda muito reduzida», disse.

Segundo a eurodeputada socialista, esta situação é particularmente preocupante se se considerar que 90 por cento das vítimas de guerra e 4/5 dos refugiados em todo o mundo são, sobretudo, mulheres e crianças. Helena Torres Marques considerou que a UE não pode permitir que tal situação continue a acontecer, porque, frisou, «os direitos, as prioridades e os interesses das mulheres são muitas vezes ignorados nas negociações de paz» e ainda porque «os poucos exemplos de mulheres em postos de decisão nestas matérias se têm revelado extremamente eficazes», tendo a propósito referido os casos de Ana Gomes e Mary Roberts.

Elisa Damião contra a exclusão social

Numa intervenção no plenário de Estrasburgo, a camarada Elisa Damião considerou que «proceder à escolha entre a



fractura ou a coesão social» constitui, actualmente, um dos maiores desafios da Europa. «com todas as consequências que dessa escolha advierem nos domínios económico, social e de segurança comum». Recordando que existe hoje na UE uma desigual distribuição dos benefícios do mercado, que não chegam a 18 milhões de cidadãos europeus, Elisa Damião defendeu ser necessário que as instituições comunitárias cumpram as decisões em matéria de política social tomadas no Conselho Europeu de Lisboa, nomeadamente o objectivo da redução do actual número de excluídos de 18 por cento para 10 por cento, até ao ano 2010.

J. C. CASTELO BRANCO

ESTRASBURGO

Mário Soares pondera

ABANDONAR PARLAMENTO EUROPEU EM FEVEREIRO

O eurodeputado socialista Mário Soares deverá abandonar definitivamente em Fevereiro do próximo ano o lugar para que foi eleito no Parlamento Europeu (PE). O abandono deverá acontecer logo após o debate e votação na sessão plenária do PE de Fevereiro (de 12 a 16) do relatório sobre a transição de Macau, da sua autoria, que foi esta semana apresentado na Comissão de Assuntos Externos.

«Essa é uma hipótese que eu tenho no meu espírito mas admito que sim, que saia (em Fevereiro). Nessa altura já estarei cá há quase dois anos o que é mais tempo

do que diziam que iria estar», disse. Na origem da decisão do ex-Presidente da República está o facto de considerar que a sua presença é «bastante precisa em Lisboa» dadas as «grandes responsabilidades» que tem na gestão de «duas fundações».

A este facto acrescem ainda os «compromissos internacionais de vária ordem» que assumiu e que se tornam muitas vezes incompatíveis com a manutenção a tempo inteiro no Parlamento Europeu.

Mas o principal motivo do abandono de Soares é a necessidade de ter «tempo livre» para se dedicar àquele que é

actualmente o seu principal «dever» e «prioridade»: escrever livros.

«Tenho que escrever uns livros que estou a preparar e, portanto, não posso retardar mais essa prioridade. E escrever livros não é como escrever artigos de jornais que a gente escreve nos aeroportos ou nos aviões. Para escrever livros é preciso ter as manhãs livres, descansadas, sem telefones, estar em casa a trabalhar», explicou.

«Desde que vim de férias», lamenta, «nunca mais peguei nos papéis que escrevi, nem os reví nem nada. Não dá para fazer aquilo em meia hora. Tem que se fazer isso com tempo».

Por isso, porque escrever «é um exercício diário», Mário Soares traçou já um plano para quando regressar definitivamente a Lisboa: «De manhã ter três ou quatro horas diárias para escrever, à tarde dedico-me às fundações».

Apesar de tudo, o eurodeputado socialista faz da sua passagem pelos corredores de Bruxelas e Estrasburgo um «balanço muito positivo».

«Gosto imenso de estar aqui. Primeiro porque temos uma informação larguíssima aqui, depois porque estamos sempre envolvidos com contactos com pessoas e informação muito boa», explicou.

AMBIENTE

Mário Soares

A CONFERÊNCIA SUSPENSA

Terminou em Haia, no último fim-de-semana, a Conferência sobre o Clima que reuniu representantes de 180 países e cerca de seis mil delegados. Tratava-se de uma Conferência importante que se destinava, como se sabe, a estabelecer um acordo imperativo na sequência do Protocolo esboçado em Quioto, em 1997, sobre as regras a aplicar para obter a redução drástica dos gases de efeito de estufa, a fim de impedir o aquecimento excessivo da terra, principal responsável pelas profundas e negativas alterações climáticas que se têm verificado de modo crescente e alarmante. Infelizmente, saldou-se por um insucesso completo. Jan Pronk, o ministro do ambiente holandês, ao encerrar a Conferência, como lhe cumpria, declarou com algum humor, visto não se ter conseguido chegar a nenhum acordo: «A Conferência fica suspensa!», devendo voltar a reunir, ao que se supõe, em Marraquexe, até Maio de 2001, para terminar o trabalho.

Com efeito, não foi possível chegar a acordo entre a União Europeia, os Estados Unidos, grandes países como a Rússia, a China, a Índia e os países do chamado Terceiro Mundo. Os Estados Unidos são o principal utilizador da energia, enviando para a atmosfera 5,4 toneladas de gás com efeito de estufa, por habitante e por ano, ou seja: três vezes mais do que em média cada francês emite e 20 vezes mais do que cada africano.

A União Europeia, por sua vez, apesar de toda a sua retórica ambientalista, apresentou-se em ordem dispersa e não foi nem consequente nem persuasiva. Portugal, por exemplo, não teve uma prestação brilhante, dado que tendo tido em Quioto a permissão para crescer 27% das emissões, ultrapassou essa meta e se encontra agora entre os

países que não cumpriram as obrigações a que se comprometeram.

Houve uma considerável mobilização das organizações ambientalistas e de pessoas individualmente consideradas para pressionar os responsáveis reunidos em Haia. Ambientalistas mais ou menos radicais, vindos de vários países e continentes, manifestaram-se ruidosamente em Haia, sem a truculência demonstrada em Seattle ou em Praga, mas evidenciando um fenómeno de informismo e de incomodidade relativamente aos decisores políticos da mesma natureza. Isto é: empunhando uma bandeira e abraçando uma causa humanitária de primeira importância para a sobrevivência da humanidade: a defesa da qualidade de vida das novas gerações. É uma causa que interessa a todos, independentemente de ideologias e de condições sociais. Deve ser, por isso, civicamente defendida por todos os que tenham consciência dos perigos e ameaças que, colectivamente, estamos a correr e das responsabilidades em que incorremos relativamente às gerações vindouras. Representa, simultaneamente, uma forma de consciência e a expressão de uma vontade de participação que é nova, porque mobiliza transversalmente as populações de diferentes países, saltando por cima dos grandes interesses constituídos - dos «establishments», dos partidos e dos movimentos políticos.

Com efeito, a deteriorização e a modificação das situações climáticas atinge todos os continentes e reveste-se de enorme gravidade. Como a situação de grave poluição do nosso «oceano global», que aliás tem tudo a ver com as transformações climáticas e como os atentados que todos os dias se cometem com perfeita inconsciência ou alheamento contra os equilíbrios ecológicos da nossa casa

comum, a terra. Até quando? E com que consequências?...

A globalização das economias, que tem vindo a transformar as regras capitalistas do mercado, tal como as conhecemos na sua fase industrial, mediante a dinamização dos fluxos financeiros e especulativos, não regulamentados internacionalmente, que se movimentam com a rapidez da luz e são susceptíveis de pôr em causa as economias mais equilibradas dos Estados-nações de menor dimensão ou resistência, não conduziu, até agora, a qualquer tentativa de governação mundial, uma vez que o G7 não passa de um directório de países ricos sem qualquer legitimidade de ordem política internacional ou ética.

O tempo que vivemos tem vindo a demonstrar que os maiores problemas e carências que afligem a humanidade - atentados ecológicos, pobreza endémica de cerca de 2/3 da população mundial, grandes epidemias como a sida ou a encefalopatia espongiiforme (BSE), criminalidade internacional organizada, tráfico de droga e de armas, falta de acesso à informação e à educação, carência de cuidados de saúde satisfatórios e de outras necessidades básicas - não têm solução a nível de cada Estado-nação, exigindo um tratamento global e responsável. Ora, como poderá isso ser feito se a ONU tem cada vez menos força insuficientes meios de acção e há hoje uma única hiperpotência à escala mundial que acredita ter vocação messiânica para salvar o mundo, mas se recusa a ver para lá dos seus interesses de curto prazo...?

Eis uma contradição que só eventualmente a União Europeia estaria em condições de poder superar, se conseguisse unir-se politicamente e estabelecer uma parceria entre iguais com os Estados Unidos. Estamos, contudo, longe de aí chegar. Daí

as manifestações de descontentamento das populações que têm vindo a manifestar-se, com algum desespero e radicalismo, contra a Organização Mundial de Comércio (Seattle) contra o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (Praga) e agora contra o insucesso da Conferência de Haia sobre a regulação dos efeitos de estufa. São manifestações que demonstram uma enorme inquietação das populações perante a impotência das organizações internacionais e dos países mais desenvolvidos. Infelizmente, contudo, sem força ainda para pressionar os decisores a resolver os grandes problemas que afligem o Mundo - o mundo dos pobres, é certo, mas também o dos ricos... Ora o tempo urge. Quem não se lembra dos efeitos devastadores do tufão El Niño, das inundações absolutamente excepcionais ocorridas este Outono em Inglaterra, da profusão de «episódios climáticos extremos», como dizem pudicamente os climatologistas, a que temos assistido nos últimos anos: tempestades, inundações, ventos ciclónicos, secas prolongadas, variações climáticas inabituais? Os cientistas não duvidam que tudo isso resulta de actividade humana que há século e meio está a produzir o aquecimento da Terra (e a reduzir os glaciares e as calotes polares) em virtude do aumento da emissão de gases com efeito de estufa através da excessiva utilização dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) que injectam cada ano um excedente de 28 mil milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera.

Queremos ou não travar o caminho para a catástrofe em que, por inconsciência e egoísmo de alguns, todos avançamos? Eis a questão a que a Conferência de Haia não foi capaz de dar resposta. Por isso se auto-suspendeu...

In-Expresso



SALDAR A DÍVIDA EM LIBERDADE

Desde finais do século XIX que o método mais usado para resolver fenómenos de criminalidade tem-se limitado, na maioria dos casos, à exclusão mediante o encarceramento.

Numa sociedade democrática moderna, baseada na justiça social e na participação cívica plena, torna-se intolerável privar alguns cidadãos da sua liberdade, sem preparar o caminho para a reinserção na sociedade. É este o princípio fundador do trabalho a favor da comunidade em substituição das penas de prisão.

A Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (PTFC) está prevista nos artigos 58º e 59º do Código Penal, e 496º a 498º do Código de Processo Penal, tendo sido regulamentada pelo decreto-lei 375, aprovado em Dezembro de 1997.

A medida foi bem acolhida desde o começo, mas, por variadas razões, não conheceu, até há algum tempo, uma aplicação prática.

Com o empenhamento do Executivo socialista, através da acção do Instituto de Reinserção Social, foram dados passos importantes no sentido de melhorar as condições de execução das decisões judiciais que venham a determinar a PTFC. Este programa de acção é constituído por instrumentos técnicos que visam apoiar as sentenças dos tribunais, as entidades públicas e privadas que se manifestam disponíveis para receber condenados



sujeitos a sanções de trabalho, e também esclarecer os próprios prestadores de trabalho.

De entre esses instrumentos destacam-se os modelos de relatórios a serem elaborados pelos serviços de reinserção social, para apoio à determinação pelos tribunais do trabalho a ser prestado em cada caso concreto, para avaliação final da tarefa a ser cumprida em cada caso específico, para avaliação final do desempenho laboral e, por conseguinte,

sobre a execução da medida, bem como sobre anomalias que ocorram no processo. As recomendações às entidades públicas e privadas beneficiárias do trabalho prestado e as instruções aos condenados são os outros instrumentos criados para otimizar o processo de trabalho a favor da comunidade.

O Instituto de Reinserção Social encontra-se preparado para apoiar a execução destes tipo de prestação laboral em qualquer comarca.

Todavia, numa primeira fase foram seleccionados como espaços de investimento prioritário Braga, Matosinhos, Gaia, Aveiro, Viseu (círculo judicial), Coimbra, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Cascais, Oeiras, Barreiro, Montijo, Portalegre, Beja, Santiago do Cacém, Loulé, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

Numa fase posterior integraram-se como beneficiárias de trabalho diversas entidades sediadas em Felgueiras, Viseu, Faro, Olhão, Ilha do Faial e Ilha do Pico.

No ano passado registou-se acréscimos notáveis na rede de entidades beneficiárias de trabalho a favor da comunidade.

Dados fornecidos pelo Instituto de Reinserção Social apontam para a celebração de 281 protocolos com instituições de natureza diversa, abrangendo um total de 57 concelhos, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Integram a bolsa de entidades beneficiárias de trabalho, câmaras municipais, juntas de freguesia, diversas instituições privadas de solidariedade social, universidades, centros paroquiais, institutos públicos, escolas, associações de bombeiros, delegações da cruz vermelha e misericórdias, entre outras.

Recentemente, o secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça assinou protocolos de colaboração com entidades do concelho de Vila Real, com vista a implementar a substituição de penas de prisão por trabalho comunitário.

Na ocasião, Eduardo Cabrita fez questão de frisar que o quadro legal sobre esta matéria já completou três anos de, mas só

PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

O que é?

- Trata-se de uma pena substitutiva de prisão não superior a um ano.
- Consiste no trabalho gratuito a favor do Estado ou de outras entidades públicas ou privadas de interesse para a comunidade.
- Tem uma duração variável entre um limite mínimo de 36 horas e um limite máximo de 380 horas – trabalhando um dia por semana, basta pouco mais de um mês para completar 36 horas e cerca de um ano para concluir 380 horas.

O que requer?

- O consentimento do arguido;
- A organização de um plano de trabalho adequado;
- O empenhamento do prestador de trabalho na execução de tarefas úteis e de interesse social;
- A participação de serviços do Estado, organismos das comunidades locais ou de cidadãos na execução da pena.

Como se executa?

- Limitando os tempos livres do condenado;
- O trabalho pode ser efectuado nos dias úteis, feriados ou fins-de-semana, sem prejuízo de outras actividades profissionais que o indivíduo já desenvolva;
- O tempo de execução da pena não poderá ultrapassar 18 meses.

• Sempre que se verifique incumprimento injustificado dos deveres da prestação de trabalho ou a prática de crime, a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade pode ser revogada, cumprindo o condenado a pena de prisão determinada em sentença.

Quem executa?

- **TRIBUNAL**
 - Pronuncia a pena e garante o controlo jurisdicionado da sua execução;
 - Interrompe a Prestação de Trabalho nas condições legalmente fixadas;
 - Revoga e declara a extinção da pena.
- **INSTITUTO DE REINERÇÃO SOCIAL**
 - Informa o Tribunal sobre o local e horários de trabalho adequados às condições sociais e profissionais do arguido;
 - Coloca o indivíduo no posto de trabalho;
 - Controla a Prestação de Trabalho em articulação com a entidade beneficiária;
 - Informa o Tribunal sobre a execução da medida, através de relatórios;
 - Fornece apoio técnico à entidade beneficiária na resolução de eventuais dificuldades.
- **ENTIDADE BENEFICIÁRIA DE TRABALHO**
 - Acolhe e enquadra o indivíduo no seu desempenho profissional;
 - Controla o cumprimento do horário pré-estabelecido e avalia a qualidade do mesmo;
 - Informa o Instituto de Reinserção Social sobre eventuais problemas ou incidentes na prestação de trabalho.

agora estão a ser consolidadas as condições para que os tribunais possam aplicar a punição do arguido através do trabalho em prol da sociedade.

«A aplicação deste tipo de sanção é determinada pelos tribunais, mas é necessário co-responsabilizar e envolver a sociedade, mediante a participação de entidades públicas e privadas, nesta política de prevenção criminal e no desenvolvimento da política de justiça», afirmou, em Novembro último, o secretário de Estado.

O governante defende que, para pessoas que nunca tiveram uma prática criminal e para quem a pena de prisão poderia ser traumatizante, a aplicação desta nova forma de reparação do ilícito pode ter um efeito preventivo mais eficaz.

O panorama mundial

Ao que tudo indica, esta ideia encontra eco noutros pontos do globo. A PTFC tem-se desenvolvido na Europa há 25 anos, no mesmo período em que foi sendo adoptada por diversos países entre os quais o Canadá, Brasil e Austrália. Em Inglaterra e no País de Gales foram aplicadas, em 1997, mais de 47 mil sentenças de PTFC (cinco por cento das condenações totais), duplicando-se o número de condenações em trabalho comunitário em relação à década de 80. Destaque-se que também na Holanda

PTFC apresentou nos últimos anos uma taxa de crescimento importante. Acresce que a duração média da prestação de trabalho em Inglaterra é de 140 horas e na Holanda de 110 horas. Neste último país o trabalho comunitário enquanto medida aplicável a menores/

jovens também conhece um forte crescimento na actualidade. Assim, em 1996 foram aplicadas três mil medidas de TFC, o que demonstra bem o papel desta sanção na prevenção da delinquência juvenil.

Num tempo relativamente curto, em muitos

países da Europa, esta pena tornou-se na mais popular das penas executadas na comunidade. Afirma-se mesmo que, de todas as medidas e sanções aplicadas no seio da sociedade, o trabalho a favor da comunidade é, provavelmente, a solução mais «europeia» (in *Évaluation de Sanctions et Mesures Appliquées dans la Communauté en Europe*, Dezembro 1998, Conselho da Europa).

Um Caso Prático 1998

- Pena Aplicada:
 - 200 horas
 - Sexta-feira e sábado, oito horas por dia
 - O consentimento do condenado vem expresso na sentença
 - Crime praticado: Dano
 - Entidade beneficiária do trabalho:
 - Junta de Freguesia
 - Parada de Bouro – Vieira do Minho
 - Natureza do trabalho prestado
 - Limpeza dos caminhos e trabalhos de pintura
 - Sexo: Masculino
 - Idade: 31 anos
- Fonte: Instituto de Reinserção Social / Ministério da Justiça
- Empregado/Desempregado/Outras situações
 - Empregado
 - Profissão/Actividade profissional
 - Jornaleiro agrícola
 - Breve avaliação da execução da pena

A EBT foi colaborante e empenhada em aceitar este condenado, pois trata-se de um indivíduo que apresenta défices ao nível sociocultural e na área da saúde mental. Foi-lhe proporcionado o desempenho de tarefas adequadas e um acompanhamento assíduo para que cumprisse com êxito a medida, bem como mantivesse comportamentos enquadrados nas normas sociais vigentes.

Prós do trabalho comunitário

Comparada com as sanções tradicionais, a prestação de trabalho a favor da comunidade apela a um forte sentido de co-responsabilização e de reparação simbólica, reafirmando deste modo uma tendência para a promoção de uma reacção sancionatória mais positiva e construtiva.

Não é apenas de trabalho pelo trabalho que está em questão, mas um trabalho adequado ao indivíduo com as suas singularidades físicas e psíquicas, por forma a desenvolver ou reavivar nele o sentimento de solidariedade e de pertença ao corpo social.

Dai que devam ser atribuídas ao prestador de trabalho, sempre que possível, tarefas apropriadas à sua profissão, aptidões e/ou interesses, grau académico, sexo, idade, capacidade física, estado de saúde e que tenham um notório sentido de utilidade.

MARY RODRIGUES

PARIS

Equipamento social

JORGE COELHO APRESENTOU PROJECTO DO AEROPORTO DA OTA

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, apresentou em Paris o projecto do novo aeroporto da Ota, a fim de «captar interesses internacionais» para a sua concretização.

A apresentação do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, que se situará na Ota, a 50 quilómetros da capital portuguesa, foi feita durante a Conferência «Global Airport Development», em que Jorge Coelho participou a convite da entidade organizadora, a Société Générale. A reunião, que junta todos os anos na capital francesa o sector aeronáutico internacional, permitiu ao ministro português «captar interesses internacionais para a concretização» do projecto, que, segundo afirmou, «foi muito bem recebido». O ministro explicou que o projecto está neste momento numa velocidade de cruzeiro. «Estamos a chegar ao fim da altura de contratação dos consultores técnicos e financeiros», disse.

«Iremos desenvolver o modelo de encontrar um parceiro estratégico para a empresa ANA, para que com ele se possa lançar os concursos para a concepção, construção e exploração do novo Aeroporto Internacional, o que irá acontecer em 2003, para que funcione em 2009»,



adiantou. Jorge Coelho salientou o facto de se tratar de um investimento pesado, de mais de 300 milhões de contos, que «está a suscitar um enorme interesse».

Acrescentou que «já estão constituídos

vários consórcios, que manifestaram o seu empenho em estar atentos aquilo que acontecer em Portugal, para participar nessas iniciativas».

«Os aeroportos de Paris, de Frankfurt, e um certo número de estabelecimentos

bancários, entre os quais o Banco Espírito Santo, são alguns dos participantes desses consórcios, sem esquecer os gigantes que existem nesta área que estiveram também representados nesta reunião», disse.

A Conferência «Global Airport Development» reuniu perto de três centenas de convidados, dos sectores da aeronáutica, com os maiores aeroportos internacionais representados, assim como, bancos e instituições financeiras internacionais.

Novo aeroporto de Beja

Interrogado a propósito do aeroporto de Beja, o ministro do Equipamento Social disse que iria dentro de dez dias a Beja para dar início aos trabalhos da empresa criada recentemente para o efeito. Jorge Coelho disse que a Base Aérea de Beja servirá para o desenvolvimento do próprio Alentejo e para resolver o problema da carga aérea, dado que é necessária uma alternativa neste campo ao Aeroporto de Lisboa, que se encontra saturado.

Para Jorge Coelho, o novo aeroporto de Beja «pode ser não só decisivo para resolver o problema da carga aérea, como também para o desenvolvimento do próprio Alentejo».

UGT CULPA CIP E CGTP POR INVIABILIZAREM POLÍTICA DE RENDIMENTOS

O secretário-geral da União Geral de Trabalhadores (UGT), João Proença, afirmou que um acordo de política de rendimentos de médio prazo é «inviável», «por falta de vontade» da CIP e da CGTP.

O acordo de médio prazo deveria iniciar-se em 2001 e ter a duração de três anos. João Proença falava no final da reunião da comissão executiva daquela estrutura sindical, no Porto, realizada na semana passada, onde foi analisada a situação económica e social do país, com destaque para a negociação colectiva e a concertação social.

De acordo com o dirigente, as posições «claramente irrealistas» defendidas pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), na reunião entre o ministro do Trabalho e da Solidariedade e os parceiros sociais, tornaram «clara» a impossibilidade de acordo na política de rendimentos de médio prazo.

A CIP reivindica «cláusulas de passe social», nomeadamente que durante o



processo de negociação os trabalhadores renunciem ao direito à greve e que não sejam tidos em conta os aumentos de produtividade, mas apenas a inflação

média dos países aderentes ao euro, o que a UGT considera «claramente inaceitável».

Na reunião da comissão executiva da central sindical, foi ainda sublinhado o empenho em que seja definida, pela Comissão Permanente de Concertação Social, uma «estrutura de acompanhamento» da negociação colectiva.

O objectivo é permitir a análise, pelos parceiros sociais, do desenrolar da negociação colectiva, possibilitando a discussão de um diferencial de inflação «credível».

Desta forma, seria possível acompanhar a possibilidade de concretização desse diferencial, e, eventualmente, vir a corrigilo em caso da existência de desvios.

No que respeita à negociação colectiva, João Proença manifestou «alguma preocupação pelos atrasos que se estão a verificar», na sequência das demoras igualmente registadas na negociação na administração pública.

O secretário-geral da UGT afirma que a contraproposta a apresentar ao Governo pelas organizações ligadas à UGT «manifesta a clara vontade de chegar a um acordo».

Isto porque, embora defenda uma «melhoria significativa dos salários em termos reais», tem em consideração os constrangimentos orçamentais existentes, explicou.

A comissão executiva da UGT analisou, igualmente, a situação económica do país, tendo reafirmado a «prioridade absoluta» a dar à convergência real da economia portuguesa.

«Vemos com preocupação o facto de, em 2000, 2001 e 2002, as previsões das organizações internacionais apontarem para crescimentos económicos inferiores à média comunitária», referiu.

Salientou que «há um grande esforço a fazer em termos de políticas que promovam o crescimento da produtividade e do consumo interno, por via do crescimento dos salários».

CÂMARA DEVE SALVAR E RESTITUIR O SÃO JORGE AOS LISBOETAS

A lógica economicista não pode vencer mais uma vez. As malfetorias (negociatas) não podem continuar a sobrepor-se aos interesses colectivos. Uma onda de indignação deve culminar na salvação do São Jorge como cinema para os lisboetas, que não podem estar condenados a ver cinema nas salas onde se removem pipocas, situadas em templos de consumo, monstros coloridos de uma pseudo-modernidade saloia, com filas de pessoas estáticas e resignadas perante a cultura massificante em tempos de uma globalização que vai destruindo espaços de afirmação individual e de memória colectiva.

Lisboa tem o direito à indignação e a Câmara Municipal de Lisboa tem o dever e a obrigação de travar firme mais este atentado contra a cultura de um povo e de uma cidade.

Não há que aceitar resignadamente que mais uma das salas emblemáticas da capital feche, um espaço colectivo, nosso.



O presidente do município de Lisboa, camarada João Soares, anunciou no dia 29 que, além do S. Jorge, a Câmara também pretende comprar a sala do Capitólio.

Falando na sessão pública da câmara, João Soares disse que a compra do S. Jorge se insere na lógica de criação de

«uma grande sala de cinema e espectáculos» e justificou a do Capitólio com a proximidade geográfica da Cinemateca.

«Vamos pedir ao Ministério da Cultura que através da Cinemateca nos acompanhe na opção de salvar o S. Jorge», disse João

Soares.

Em declarações anteriores, João Soares disse já ter contactado a Cinemateca sobre o futuro aproveitamento do cinema S. Jorge para aquele organismo.

«A possibilidade de se comprar o cinema S. Jorge não está excluída e já falei com a Cinemateca», disse o presidente da autarquia.

Entretanto, o ministro José Sasportes, falando aos jornalistas no Porto, questionou a viabilidade de uma intervenção do seu Ministério na compra do Cinema S. Jorge.

«Não me parece ser a situação mais viável e mais próxima de fazer», disse o ministro, acrescentando: «A Câmara de Lisboa nunca falou comigo sobre isso até agora. Veremos o que é que se passará numa eventual conversa entre mim e João Soares».

Recorde-se que o Cinema S. Jorge poderá ser vendido às imobiliárias Euroamer, do grupo Frank Carlucci e que tem como um dos administradores Artur Albarran, ou Velvet, tendo a Câmara de Lisboa já informado o Instituto Português do Património Arquitectónico (Ippar) que não pretenda exercer o seu direito de preferência no caso de um eventual negócio com a Euroamer.

J. C. CASTELO BRANCO

TRABALHO INFANTIL

Paulo Pedroso revela

GOVERNO VAI REFORÇAR FISCALIZAÇÃO PARA ELIMINAR O FLAGELO

O secretário de Estado do Trabalho e Formação, Paulo Pedroso, salientou que a erradicação do trabalho infantil já não é uma meta utópica. Os números mostram que está a diminuir e o Governo promete intensificar a luta. A fiscalização vai intensificar-se ainda mais. Os pseudo-empresários que teimam a recorrer impunes ao trabalho de menores que se cuidem. Com o Governo do PS o crime já não compensa.

Paulo Pedroso, em conferência de Imprensa, no dia 29, apresentou as principais medidas a pôr em prática no combate ao flagelo, ao nível do seu conhecimento, prevenção e inspecção.

Demonstrando a diminuição da incidência do trabalho infantil, o governante apresentou os últimos números da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) que revelam terem sido encontrados entre Janeiro e Outubro deste ano 23,5 menores em situação ilícita por cada mil visitas.

Em 1997, altura em que a IGT adoptou a metodologia das visitas-relâmpago (efectuadas sem aviso prévio a locais com maior probabilidade de registarem situações ilícitas), foram encontrados 114,2 menores por cada mil visitas.

«Entre 1997 e Outubro de 2000, assistimos a uma diminuição deste indicador para cerca de 1/5 da incidência», assinalou Paulo Pedroso.



De acordo com os dados da IGT, aquele número comparado com o número de trabalhadores existentes nas empresas visitadas «apresenta a mesma tendência para uma descida drástica».

Em relação aos menores detectados em situação de trabalho infantil, a inspecção salienta ainda o facto de perto de 60 por cento ter 15 anos, faixa etária que até 1997 não era considerada em Portugal como trabalho infantil, tal como não é considerada ainda hoje pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Conselho da Europa. O aumento do número de visitas-relâmpago também foi sublinhado pelo secretário de Estado.

Em 1997 registaram-se 1462, em 1998 realizaram-se 2745, em 1999 foram feitas 4736 e de Janeiro a Outubro deste ano

efectuaram-se 4558.

«Para 2001, a meta será a de efectuar pelo menos 5500», adiantou Paulo Pedroso.

Campanha de sensibilização

Em termos de prevenção, o governante anunciou ter sido acabada de lançar uma campanha de sensibilização com o lema «Estudar, brincar, aprender: este é o meu trabalho» e lembrou o trabalho no terreno das brigadas de prevenção do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI).

Continuar a reintegração dos menores encontrados em situação ilegal no sistema educativo e, quando tal não é de todo possível, abrangê-los nos Planos Integrados de Educação/Formação (PIEF), adaptados à realidade de cada criança) é outro dos objectivos do Governo.

Segundo Paulo Pedroso, espera-se atingir ao longo do próximo ano pelo menos 500 menores nos PIEF.

Anunciada foi ainda a realização de um novo inquérito nacional às famílias para caracterização do trabalho de menores em Portugal, tendo em vista apurar os resultados obtidos desde 1998 (altura em que foi feito o primeiro inquérito em conjunto com a OIT) na luta contra o trabalho infantil. Em Fevereiro de 2001, o Governo pretende realizar, também em conjunto com a OIT, uma conferência internacional sobre «Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil nos países desenvolvidos». Paulo Pedroso frisou que será a primeira vez

que os países desenvolvidos, incluindo os da União Europeia, mas também da Europa Central e de Leste, discutem a questão, o que permitirá reforçar a cooperação internacional na matéria.

Em termos legislativos, o secretário de Estado disse estar a ser negociada uma revisão da legislação relativa aos contratos de trabalho de menores, de modo a garantir que, até aos 18 anos, os menores a trabalhar ou detêm a escolaridade obrigatória e uma qualificação profissional ou obtêm essas qualificações durante o período de trabalho previsto nos contratos.

Na proposta em análise o período dedicado à qualificação profissional corresponde a 40 por cento do tempo total de trabalho, adiantou.

«Essa é uma prioridade precisamente porque não queremos que o trabalho de hoje se transforme nas baixas qualificações de amanhã», salientou Paulo Pedroso.

O inspector-geral do trabalho, Mota da Silva, referiu, por seu turno, que a IGT irá intensificar o acção ao nível do trabalho domiciliário, procurando fiscalizar a aplicação da legislação sobre este tipo de trabalho e assim chegar às cadeias de subcontratação.

O mecanismo que permite à IGT intervir no domicílio quando estão em causa a segurança e a higiene no trabalho também poderá ser mais utilizado, apostando-se ainda na responsabilização social das empresas e no efeito dissuasor que tem a revelação de que utilizam, ainda que indirectamente, mão de obra infantil.

EFEMÉRIDE

Restauração

UNIDADE NACIONAL POUPOU PORTUGAL

O Presidente da República, Jorge Sampaio, considerou no dia 1, em Alcobça, que a unidade nacional «cedo conseguida» foi uma «pedra-chave da independência política» que «poupo o País a rupturas fratricidas».

Segundo Sampaio, que falava nas comemorações nacionais do Dia da Restauração da Independência, a coesão nacional «evitou que momentos de especial dramatismo, no passado mais longínquo ou em tempos mais recentes, como o 25 de Abril e a descolonização, tivessem originado uma conflitualidade incontrolável».

Para o chefe de Estado, a coesão nacional, «que hoje se revê num Estado de Direito e num regime democrático, tem que ser também alimentada pela cidadania» e pela autonomia dos indivíduos, comunidades e organizações, a par da «eliminação dos privilégios e dos corporativismos».

Nesta perspectiva, «a partilha da responsabilidade tem de ser reequilibrada a favor das pessoas e da sociedade», disse Sampaio, no Mosteiro de Alcobça, acrescentando que «o caminho do revigoramento da nação não é hoje o de um qualquer patriotismo fora do tempo, mas o de uma verdadeira tendência a favor da cidadania».

Perante representantes de todos os órgãos de soberania, de responsáveis militares, autarcas e políticos nacionais e regionais, o Presidente da República referiu-se, depois, aos desafios futuros para Portugal, na certeza de que «a encruzilhada é apertada e o espaço para a afirmação de Portugal e dos portugueses não é oferecido», mas antes, conquistado com «trabalho e inteligência».

«A educação é e continuará a ser um factor absolutamente decisivo», disse Sampaio, frisando que «Portugal joga a força da sua

posição na Europa e no mundo através da qualificação que o seu sistema escolar puder garantir».

«Se não conseguirmos converter este factor de atraso num factor de competitividade, o caminho será mais estreito», avisou o Presidente, sublinhando que «a promoção da sociedade educativa terá de se articular com as exigências complexas de uma sociedade de informação que queremos que nos implique vantajosamente».

«Em suma, temos que ter à nossa disposição o trunfo de uma atitude favorável à ciência e à inovação científico-tecnológica», referiu Sampaio.

O Presidente da República considerou, ainda, que Portugal «prossegue com determinação o objectivo de fortalecer a sua posição na Europa», caminho que só poderá ser cumprido «de forma consistente desde que a democracia garanta, também ela, níveis mais elevados de qualidade no

seu funcionamento».

«As instituições democráticas têm que dar prova de responsabilidade a todos os níveis e a todo o momento», frisou o chefe de Estado, acrescentando: «a autoridade democrática é uma questão de regra e de escrupuloso cumprimento, e é uma questão de sentido de serviço público dos que exercem um mandato popular».

Na ocasião, Jorge Sampaio chamou alertou ainda para o facto da língua portuguesa ser um factor de criação identitária de Portugal, que tem merecido «menos atenção do que provavelmente seria justo e necessário».

«Temos estado menos preocupados do que devíamos com o ensino da língua e com o estudo da língua», lamentou o Presidente da República, acrescentando: «sinto que temos que encontrar meios para que o conhecimento da língua se torne mais efectivo e a sua prática mais qualificada».



Albufeira

Câmara investe 800 mil contos em acessibilidades

A Câmara Municipal de Albufeira vai investir cerca de 800 mil contos (quatro milhões de euros) em diversas obras de melhoramento da rede viária concelhia.



É o caso das obras de repavimentação de diversos arruamentos na povoação de Paderne e da ligação da estrada nacional 270, à Rua 5 de Outubro, uma intervenção orçada em cerca de 200 mil contos (um milhão de euros).

Ainda na Freguesia de Paderne, a autarquia iniciou já as obras de concepção e construção para alargamento e pavimentação da estrada Purgatório-Matos-Tunes, cujo custo ronda os 65 mil contos (325 mil euros).

Incluídas no mesmo pacote de acessibilidades, tiveram igualmente início as empreitadas de rectificação, alargamento e dotação de infra-estruturas da estrada que liga Vale Parra à Galé, assim como a repavimentação da rodovia São Rafael-Galé. Ambas as empreitadas, que incluem ainda os acessos, têm previsto um custo global de cerca de 316 mil contos (1,6 milhões de euros).

A autarquia albufeirense vai abrir concurso público para a reabilitação das infra-estruturas dos arruamentos da zona nascente de Albufeira, cujas obras da primeira fase estão orçadas em 210 mil contos (um milhão de euros).

No que toca a equipamentos desportivos, a autarquia adjudicou a empreitada para instalação da iluminação do Estádio Municipal da Quinta do Palmeira, uma intervenção que vai custar 83 mil contos (4,1 milhões de euros).

Todas estas obras, integradas na política autárquica de melhoramento da rede viária concelhia, deverão estar concluídas no próximo ano.

Fafe

Conselho de Educação tomou posse

O Conselho Local de Educação de Fafe já tomou posse. Trata-se de um órgão criado pela autarquia local, que estabelece estruturas de participação dos diversos

agentes e parceiros sociais locais, com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais.



Os objectivos centrais do Conselho Local de Educação são, assim, estabelecer um órgão local de diálogo sobre política educativa concelhia e pronunciar-se sobre o projecto educativo concelhio, articulando-o com os projectos educativos de escola. Por outro lado, incumbe-lhe definir estratégias que permitam a interação entre as escolas e as diferentes estruturas económicas, culturais, sociais, recreativas e desportivas do concelho.

Macedo de Cavaleiros

Protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian

A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros foi uma das seis câmaras municipais que assinaram um protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian, que visa desenvolver o Programa de Análises de Bibliotecas.



O objectivo fundamental deste programa desenvolvido em Espanha é fomentar as capacidades de gestão das bibliotecas garantindo assim um melhor funcionamento dos seus meios.

Montijo

Parque desportivo multifuncional

Realizou-se no passado dia 30 de Novembro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, uma reunião entre a presidente da Câmara Municipal do Montijo, Maria

Amélia Antunes, e o presidente do conselho de administração do Euro 2004, Gilberto Madal. Este encontro surge no âmbito da realização do Euro 2004, ao qual a autarquia não poderia ficar indiferente.



O município do Montijo tem em projecto a construção de um parque desportivo que pretende aliar a prática desportiva formal e de espectáculo, com espaços informais para a actividade física e recreação desportiva de toda a população.

Com uma área prevista de 20 hectares, o parque desportivo é composto por um estádio principal, com bancada para 5000 lugares sentados e pista sintética de atletismo, um campo de futebol de onze e outro de futebol de sete, ambos em relva sintética.

Outras instalações desportivas e de apoio serão igualmente contempladas.

Povoação

Mais luz no Natal

A quadra natalícia começou no dia 1 de Dezembro na Povoação, com as inaugurações do presépio das caldeiras das Furnas e da iluminação das principais artérias da Povoação.

A iluminação dos Paços do Concelho, executada de acordo com um projecto luminotécnico, elaborado por uma multinacional, a exemplo das melhores iluminações europeias, foi também inaugurada no dia 1 de Dezembro.

Também a exemplo de anos anteriores, a Câmara Municipal da Povoação, em colaboração com os grupos de teatro e de música do concelho, vai promover espectáculos de Natal em todas as freguesias.

Sesimbra

Projecto «Ser Adolescente»

A Câmara Municipal de Sesimbra e o Centro de Saúde local criaram o projecto «Ser Adolescente».

Trata-se de uma iniciativa destinada aos jovens, que visa ajudá-los a ultrapassar alguns dos problemas mais frequentes, com uma vertente de prevenção, que decorrerá nas escolas e será adaptada a cada realidade, como, por exemplo, a sexualidade, desenvolvimento físico e

psicológico, gravidez, contraceção, consumo, dependências.



O projecto assegura também um espaço personalizado que funciona sem marcação prévia, no pavilhão municipal de Sampaio, às segundas, quintas e sextas-feiras, das 15 às 18 horas, sendo sustentado por uma equipa de técnicos das áreas da medicina, psicologia, enfermagem e assistência social. Quaisquer informações sobre o «Ser Adolescente» devem ser solicitadas no Gabinete Jovem de Sesimbra.

Sintra

Mais 30 milhões para o desenvolvimento do concelho

Cerca de 30 milhões de contos é o montante que a Câmara Municipal de Sintra dispõe, em 2001, para aplicar na concretização dos seus principais objectivos de desenvolvimento previstos para o concelho, na sequência da aprovação do orçamento e do plano de actividades.



De salientar que vão ser prioridades as acessibilidades e o parque escolar.

Mais de quatro milhões de contos é a verba que será aplicada na rede viária, com o objectivo de reforçar as acessibilidades urbanas e regionais, de modo a melhorar a fluidez da circulação viária e a reparação, reconstrução e repavimentação das vias urbanas.

Por outro lado, cerca de dois milhões e meio de contos serão investidos na ampliação e beneficiação do parque escolar, prevenindo-se para o próximo ano a conclusão de dez novas escolas e o início da construção de outras nove, que deverão estar concluídas no início do ano lectivo de 2002/2003.

PS EM MOVIMENTO

ARCOS DE VALDEVEZ *PS critica autarca do PSD*

O PS de Arcos de Valdevez sugeriu a demissão do militante laranja Francisco Araújo da presidência da Câmara local e da Associação de Municípios do Vale do Lima por ter votado contra o OE para 2001.

«O seguidismo partidário de Francisco Araújo levou-o a pôr os seus interesses pessoais e do PSD à frente dos interesses do povo de Arcos de Valdevez e do Alto Minho, votando contra um documento que mereceu o parecer favorável da generalidade dos autarcas portugueses», sublinham, em comunicado, os socialistas locais.

No documento, o PS lembra que o Orçamento aumenta a dotação dos quatro municípios do Vale do Lima num reforço que, no caso concreto de Arcos de Valdevez, é de 238.857 contos em relação ao ano anterior e de 826.067 contos em relação a 1995, último ano de governação do PSD.

AROUCA *Comissão Política Concelhia*

A Comissão Política Concelhia do PS/Arouca, recentemente eleita, tem a seguinte composição: Secretariado – Ângelo Campelo de Sousa, Carlos Alberto Ferreira, Edgar Morais Soares, António Brandão Teixeira, António Fernandes Cruz, Carmen Quaresma de Sousa, Carlos Neto de Oliveira Esteves, Jorge Manuel Santos Oliveira, Valdemar Leite Duarte, Maria de Fátima Quaresma, Jorge Fernando Silva e Sousa, António Santos Teixeira, Américo Teixeira de Almeida, Vítor Manuel Teixeira, Joaquim de Jesus Rocha, Francisco carvalho Araújo e Pedro Tavares.

Assembleia Geral

Por seu turno, a Assembleia Geral é composta pelos camaradas Carlos Alberto Gomes Ferreira, Carmen Susana Teixeira de Sousa e Rosa Maria Lopes Oliveira.

LEIRIA *Comunicado da Federação*

A Federação de Leiria do PS considerou, num comunicado, que o Governo, através de cerca de 37 milhões de contos (185 milhões de euros) inscritos no PIDDAC para 2001, está a «apostar forte no distrito».

Segundo o Secretariado da Federação Distrital de Leiria do PS, com a inscrição daquele montante no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o distrito de Leiria em 2001, regista-se um aumento em relação a 2000 «na ordem dos 41 por cento».

De acordo com os socialistas, este aumento coloca o distrito de Leiria «no meio do "ranking" dos investimentos descentralizados do Estado».

Numa nota de Imprensa, o Secretariado da Federação Distrital do PS refere, por outro lado, que «nem só de PIDDAC vive o País, e Leiria em particular, no que respeita a investimentos do Governo Central».

Neste contexto, os socialistas adiantam que para 2001 o distrito de Leiria verá o investimento público aumentar cerca de 20 milhões de contos (cem milhões de euros), além do PIDDAC, nomeadamente em novos troços de auto-estradas, obras do Programa Polis e políticas de defesa do ambiente.

MOIMENTA DA BEIRA *Vereadores do PS reagem*

Os vereadores do PS na Câmara de Moimenta da Beira reagiram contra a integração deste concelho num eventual futuro distrito de Lamego, uma pretensão nascida no seio da Assembleia Municipal (AM) desta autarquia.

A polémica proposta da AM de Lamego compreende a criação de um novo distrito em torno da cidade de Lamego.

Se esta ideia vingar, agregará os 10 municípios do Douro Sul, norte do distrito de Viseu, incluindo Moimenta da Beira.

Apesar de se tratar de uma ideia considerada «peregrina e sem pés para andar» no centro do poder distrital, Viseu.

Vinda a público há cerca de três meses, após a votação na AM de Lamego, a criação do distrito de Lamego é, no entanto, um tema que já é discutido no norte do distrito há décadas, onde, Moimenta da Beira, Semancelhe e Penedono, três dos eventuais concelhos do futuro distrito, têm demonstrado fortes reticências à ideia.

No entanto, Moimenta da Beira é o concelho onde a tradição antidistrito de Lamego está mais vinculada entre a população e só uma decisão política poderá levar o município a engrossar o projecto da AM de Lamego.

Os vereadores do PS em Moimenta da Beira, cujo executivo é de maioria PSD, invocam na contestação a uma eventual agregação do concelho num distrito de Lamego a questão de Moimenta ser «da Beira e não do Douro». Este argumento tem ainda em conta que a tradição aproxima esta vila mais de Viseu do que de Lamego, apesar de distar cerca de 70 quilómetros da actual capital de distrito e apenas 35 de Lamego.

Divisão

Os vereadores do PS na Câmara de Moimenta da Beira acusam mesmo Lamego de ter «prejudicado concelhos como Moimenta da Beira, Semancelhe e Penedono com a sua luta pela desagregação do distrito de Viseu, arrastando-os para diversas áreas de influência político-administrativa, dividindo-os entre Região Norte, Região Centro».

Esta divisão tem-se feito sentir ainda «entre as áreas de serviços de Vila Real, Mirandela ou Porto, Viseu e Coimbra, dando origem a situações de bloqueio político-administrativo que prejudicam alguns concelhos», afirmaram os autarcas do PS na Câmara de Moimenta da Beira.

«Que fique bem claro que num eventual desmembramento do distrito de Viseu, Moimenta da Beira terá de ficar no seu lado beirão (Viseu) e não no lado dourienense (Lamego)», defendem.

OEIRAS *Forum Educação*

A Comissão Política Concelhia de Oeiras do PS organizou no passado dia 25 de Novembro, no Tagus Park, o Forum Educação, que contou com a presença do ministro da Educação, Augusto Santos Silva.

Falando na abertura do evento, o ministro da Educação referiu que «a universalização do ensino básico» reforçou a democracia.

Segundo sublinhou, «a universalidade do acesso e a política de educação democrática» levou a que o ensino tenha hoje optimizado as diferentes qualificações «para preparar os jovens para os postos de trabalho do presente e do futuro».

Escola como espaço cívico

Para Augusto Santos Silva, a escola deve ser um «espaço cívico», sendo por isso de privilegiar «o diálogo entre os diversos parceiros, pois estes são de extrema importância para realizar uma escola melhor e mais democrática».



Edmundo Pedro na RTP

O camarada Edmundo Pedro, insigne democrata e resistente antifascista, participa no programa «João Nicolau Breyner», na RTP1, que irá para o ar amanhã, sexta-feira.

PERSPECTIVA

Luís António Pita Ameixa



PELA DEMOCRACIA DE QUALIDADE

Vivemos, felizmente, em Democracia, inaugurada em 25 de Abril de 1974 e institucionalizada em 2 de Abril de 1976 pela Constituição da República.

Desde o MFA e da poesia na rua (tão bem definida na arte de Vieira da Silva) percorremos, até hoje, um enorme caminho que nos levou a franquear as portas da Europa. O espaço geopolítico onde nos integramos é o mais avançado do Mundo, social e culturalmente, ainda que, do «novo mundo», sobrem, ágeis e velozes, a economia e a tecnologia.

A Democracia eurogenética é hoje triunfante em todo Planeta como uma torrente de água que invade terra ressequida, incerta, sinuosa mas imparável.

Contudo a Democracia continua a ser, como um dia, da velha Albion, a viu Winston Churchill, um sistema imperfeito... só que todos os outros sistemas conhecidos são piores!

Enquanto método de convivência da Sociedade (sistema político) a grandeza da Democracia convive, ela própria, a par e passo, com as misérias da condição

humana. Curiosamente é aqui, nesta dialéctica, que reside a sua principal virtude face a outros sistemas políticos: - a Democracia não pretende encobrir nem impedir que se manifestem as contradições próprias da vida em Sociedade. Antes, pelo contrário, o método democrático, enfrentando a verdade dessa existência, vive no seu seio e aí permite a acção política que - entendemos nós - deve promover a modificação e o avanço da Sociedade no sentido do seu progresso cultural e material.

Em Portugal, no tempo presente, vencidas as etapas da construção e da consolidação, é a altura de estimular a Sociedade e, em particular, os responsáveis políticos a preocuparem-se com o aperfeiçoamento e com o aprofundamento da nossa Democracia. Ora, existem vários domínios em que é necessário dar passos no caminho da qualidade da Democracia.

Desde logo é preciso retornar à ideia e à prática, de que os partidos políticos têm a missão e a obrigação de desenvolver a sua acção no sentido de estimular e organizar a participação e a intervenção cívica da

população, nos seus vários estratos, bem como de promover a formação política dos seus membros, assim como das pessoas não filiadas.

A situação, hoje prevalecente, na voragem do quotidiano, em que os partidos políticos são máquinas eleitorais e de exercício do poder público é muito pobre, redutora e desinteressante.

Na verdade, os partidos devem e podem desempenhar na Sociedade um papel muito para além dos jogos de poder, mais interessante, mais estimulante e mais importante do que isso.

Esse papel abre-se justamente na abordagem directa ao cidadão trazendo-o à participação social, à problematização e ao debate das grandes e das pequenas questões da vida em Sociedade, incentivando o acesso ao conhecimento da história como, de igual modo, à informação atualizada, sempre com o domínio dos parâmetros de descodificação e compreensão necessários a uma interpretação correcta e sã.

O progresso da Sociedade, porventura, depende muito mais do avanço cultural conseguido e absorvido por cada geração

do que da volátil e frágil produção legislativa ou da realização de investimentos e obras físicas.

Ora, verificamos que todo o gigantesco esforço que os partidos políticos aparecem a realizar nos dias de hoje está praticamente e integralmente subordinado às chamadas «máquinas» partidárias, eleitoralistas, com o fito único de alcançar o Poder, no sentido essencial e restrito de Poder do Estado e depois de o conservar. Compreende-se a inevitabilidade da luta política pelo Poder, porém a boa consciência devia fazer pactuar os partidos no sentido de destinarem uma parcela do seu esforço financeiro, organizativo e logístico aos desígnios superiores da formação política e da promoção da participação cívica.

A Democracia de Qualidade implica necessariamente que os agentes políticos e os detentores do Poder e dos cargos da Administração tenham passado previamente por processos de formação política e cívica e apresetem alicerces ideológicos, éticos e morais habilitantes para a excelência do serviço público.

In -Imenso Sul-

ACTUALIDADE

Manuel Alegre



COMEMORAR E «DESCOMEMORAR» NOVEMBRO

O 25 de Novembro não foi uma querrela entre militares nem um episódio de um só dia. Foi o corolário de um longo combate político, ideológico e popular, nas urnas e na rua, em que de um lado estiveram os partidários de uma pretensa legitimidade revolucionária que conduziria à implantação de um mirífico «poder popular» e do outro os defensores da legitimidade democrática. Antes do Grupo dos Nove, das conspirações militares e do confronto armado, houve sobretudo o assalto ao poder por uma minoria política e militar cuja legitimidade foi posta em causa pelo resultado das eleições para a Constituinte. E houve a tentativa de subverter nas ruas, nos quartéis e nos meios de comunicação social a vontade popular expressa nas urnas.

Segundo Marx, a sociedade moderna tinha criado as condições para se passar da organização das seitas à organização real do movimento operário. Em Portugal assistiu-se ao fenómeno inverso: a tentativa

de sobrepor ao movimento real do povo a organização artificial de autodenominadas vanguardas. A ideia central do vanguardismo é a de que o socialismo é incompatível com a democracia política. A revolução implicaria a liquidação da democracia representativa (daí o cerco à Constituinte) e a tomada do poder por uma vanguarda que se autoproclamava guia e consciência teórica dos trabalhadores. Tratava-se de uma concepção golpista, militarista e antidemocrática. Inspirados por ela, a 5ª Divisão e Vasco Gonçalves, com o beneplácito do PCP chefiado por Álvaro Cunhal, tentaram transformar o 25 de Abril numa conspiração permanente contra a democracia política e representativa.

Foi contra este projecto que se ergueu sozinho o PS liderado por Mário Soares, contando com o apoio popular de norte a sul. Depois o Grupo dos Nove, quando no seu documento denunciou esse projecto e, tal como o PS, mostrou que do paternalismo ao totalitarismo é só um passo. Ora foi esse passo, iniciado pelo

golpe dos pára-quedistas, que foi derrotado a 25 de Novembro. O resto são histórias da carochinha.

Se por acaso o resultado fosse ao contrário, que é que teríamos? Que revolução é essa de que continuam a falar os «descomemoradores do 25 de Novembro»? Como é que 25 anos depois se pode continuar a exaltar a democracia directa em oposição à democracia representativa, sabendo que esta, com todos os seus defeitos, é o regime das liberdades e que a outra terminou sempre em ditadura? Seria bom que alguns leninistas puros e duros também soubessem ler o próprio Lenine. Por exemplo, quando ele adverte, no 7º Congresso, em Março de 1919: «Os soviéticos que, segundo o seu programa, são órgãos do governo pelos trabalhadores, são, na realidade, órgãos do governo para os trabalhadores, exercido pela camada avançada do proletariado e não pelas massas trabalhadoras». Desta fase passar-se-ia à seguinte: a do poder

exercido pelo partido. Depois à ditadura do aparelho central do partido e, finalmente, ao poder absoluto do chefe de partido. Foi sempre assim que acabou a democracia directa ou o chamado poder popular. Era isso o que queriam para Portugal os derrotados do 25 de Novembro? Eu reconheço-me no poema de Mandelstam contra Estaline, não nos que fizeram os campos onde ele morreu com muitos outros milhões. A minha esquerda não é esse crime, nem essa herança. Veja-se o que é hoje a caça às bruxas dentro do PCP, a perseguição e a calúnia contra comunistas como Carlos Brito, Helena Medina, Edgar Correia, João Amaral e tantos outros, para imaginar a espécie de «festa» que teria havido se o país fosse dirigido pelos defensores da ortodoxia marxista-leninista. Em 25 de Novembro ganhou a esquerda democrática, ganhou o 25 de Abril. Ganhou a democracia. Ganharam até os derrotados que hoje têm liberdade para «descomemorar».

In -Expresso-



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Desporto em Albufeira

A 3ª Jornada do Campeonato de Seniores Femininos da 1ª Divisão de Futsal decorre, amanhã, às 19 horas, no Pavilhão da Escola Secundária.

Peça em Amarante

A OFITA leva à cena, amanhã, pelas 21 e 30, no Centro Social de Frião, a peça «Mulheres de Atenas», de Augusto Boal. No domingo, as mesmas Companhia de Teatro e peça poderão ser apreciadas, a partir das 15 e 30, no Centro Cívico da Vila de Meã.

Recital em Aveiro

Pedro Oliveira Neves estará, no dia 13, no Museu de Santa Joana, por ocasião de mais um recital de violoncelo.

Cinema em Braga

Cinco realizadores galegos «montaram tenda» em Braga para participar na I Mostra de Cinema Galego daquela cidade. A iniciativa é promovida por duas salas lúdico-culturais de Braga (Deslize) e Santiago de Compostela (Casa das Crexas), curiosamente ambas localizadas nas respectivas catedrais. Nesta primeira iniciativa conjunta, o «Deslize» acolhe cinco filmes de realizadores galegos: «Sempre Xonxa», «Continental», «Urxa», «Dá-me Lume» e «A Lei da Fronteira». Cada filme é comentado, depois da projecção, pelo seu realizador e por críticos e jornalistas galegos, pelo que a mostra conta a presença dos cineastas Xano Pioeiro, Xavier Villaverde, Carlo Lopez Pioeiro, Hector Carré e Adolfo Aristarán.

Pedras em Coimbra

Centenas de pessoas já visitaram a VI Feira Internacional de Minerais para comprar ou apenas apreciar a beleza de minerais, fósseis, pedras preciosas e outras expostas no antigo Colégio de Jesus. Os visitantes encontram minerais de colecção, pedras preciosas e semipreciosas, fósseis e objectos manufacturados, havendo até à venda alguns meteoritos oriundos da China. A feira congrega 16 expositores-vendedores de vários pontos do País e prolonga-se até domingo. Cumprindo o horário estabelecido para os três dias, o certame abre às 10 horas e encerra às 21.

Livro em Fafe

Hoje, participe, entre as 10 e as 16 e 30, no seminário «Violência – Escola – Família», a decorrer no Estúdio Fénix.

Também hoje, às 21 horas, na Casa Municipal da Cultura, será apresentada a obra poética «Instantes num Segundo», de Nuno Pinto Bastos. O programa deste evento inclui uma exposição fotográfica de José Pedro Fernandes, música de abertura composta por Pedro Barros e uma intervenção teatral pelos Restauradores da Granja. Meia hora mais tarde haverá um concerto na Igreja Nova de São José, a cargo da Orquestra do Norte, onde serão recriadas obras de Strauss, sob a direcção do maestro Álvaro Cassuto. Até ao próximo sábado, dia 9, poderá visitar, na Galeria Municipal, a mostra de expressão plástica do Instituto de Estudos Superiores.

Concerto em Faro

O Cinema Ossónoba de Estói serve de palco, hoje, a partir das 21 e 30, do concerto do grupo Rockestra e Marenostrum. Ainda hoje poderá ver, no Cinema Santo António Ralph Zondag e Eric Leighton, «Dinossauro». Amanhã, esta mesma sala de espectáculos exhibe, até dia 14, o polémico filme «Camarate», do realizador português Luís Filipe Rocha. Neste mesmo intervalo temporal a sala do Cinema Golden City acolhe a fita «A Caminho de El Dorado», de Don Paul. «Myckey – Um Natal Mágico» é o vídeo que as crianças maiores de quatro anos poderão ver, no próximo dia 11, na Biblioteca Municipal, no âmbito do espaço de animação infantil. Quarta-feira, dia 13, a Biblioteca promove a Hora do Conto, uma rubrica programada para as 16 horas, com «Ninguém Dá Prendas ao Pai Natal», de Ana Saldanha.

Karaoke em Guimarães

No âmbito do II Festival de Bandas 2000, realiza-se esta sexta-feira, dia 8, às 22 horas, no Carramão Café-Concerto, um espectáculo musical com os agrupamentos Mushugar e Fool Speed. O III Festival de Karaoke acontece no



sábado, pelas 21 e 30, no Salão Paroquial de Pevidém. O domingo, dia 10, às 21 e 45, foi a altura escolhida para a exibição, no Auditório da Universidade do Minho, da película «Luna Papa», de Bakhtyar Khudojnazarov. A Orquestra do Norte apresenta-se, na próxima quarta-feira, dia 13, às 21 e 30, na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Os desenhos de Rui Sanches poderão ser apreciados, até dia 15, no JM Gomes Alves.

Ritmos em Lisboa

O Centro Cultural de Belém apresenta esta semana a nova dança africana. Um pouco por todo o continente africano, jovens bailarinos e coreógrafos começam a criar espectáculos de dança contemporânea, misturando no processo influências europeias, americanas e até orientais, com as suas próprias e fortes tradições. Assim, hoje, amanhã e no domingo, assista, no Pequeno Auditório, pelas 21 e 30, à actuação de Raiz Di Polon, um agrupamento originário de Cabo Verde. «Histórias 100 Tempo» é a sugestão apresentada para a Sala de Ensaio do CCB até ao dia 10. Trata-se de uma estreia do Teatro Meridional para um público a partir dos sete anos.

Baile em Portimão

Um baile de variedades é a proposta do Boa Esperança Atlético Clube para o domingo, dia 10, no âmbito das comemorações do Dia da Cidade. Um dia depois, na segunda-feira, as festividades passam pela inauguração de exposição de artistas e património local.

Coro no Porto

O Coro Gregoriano portuense actua, amanhã, sexta-feira 8, na Igreja da Trindade, por ocasião do lançamento do seu primeiro álbum.

Madredeus em Sintra

O Sintra Museu de Arte Moderna – Colecção Berardo vai ter uma Venda de Natal, entre os dias 8 e 10 deste mês, que funcionará das 10 às 18 horas. Estarão disponíveis 2000 presentes a preços especiais. A Casa da Juventude recebe, até ao sábado, dia 9, a Semana dos Direitos Humanos – III Mostra de Vídeo «Direitos Humanos em Imagem». Os Madredeus darão um concerto, no Domingo, dia 10, no Quartel de Queluz.

Actuação em Sesimbra

Não perca, hoje, na Capela da Misericórdia, o espectáculo musical que o Quarteto Oisipo tem preparado.

SUGESTÃO

SILENCE 4

A notável banda de Leiria, Silence 4, encerra a digressão promotora do álbum «Only Pain Is Real» nos dias 19 e 20 de Dezembro, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. O palco será montado no centro da sala e a RTP gravará os dois concertos. «Only Pain Is Real», lançado em Junho passado, já atingiu a dupla platina, o equivalente a 80 mil cópias vendidas. Está prevista para breve uma edição especial do segundo álbum, que incluirá cinco remixes do tema «Only Pain Is Real», feitas pelos Cool Hipnoise, Don. C. For Lisbon City Rockers (músico dos Coldfinger), Alex Santos, Ooming e Paulo Pereira (músico convidado dos Silence 4, nas actuações ao vivo, e da banda Do Amor e Outros Demónios). Os concertos gravados pela RTP têm exibição prevista para 2001, estando aberta ainda a possibilidade de os espectáculos serem comercializados em vídeo. Os bilhetes para os concertos estão à venda nas bilheteiras do Coliseu do Recreios, nas lojas FNAC, nas Agências ABEP (Alvalade e Restauradores), no Centro Comercial Vasco da Gama e nas caixas Multibanco. Os preços variam entre os 3500 escudos (plateia e camarote lateral de segunda ordem) e os 4800 escudos (camarote central de primeira ordem).

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Ndante

Além, ao largo, ligeiro...
Volta o navio.

Traz muitas léguas andadas,
Traz muitas tábuas quebradas
E muitas cordas partidas.
Certo dia perdeu vidas
Além, ao largo, ligeiro...
Vida dum raio!
Oh! Fumos de marinheiros,
Hálitos rudes da onda,
Baloço de Portugal!
Meu santo!
É ele, o navio
Além, ao largo, ligeiro...

Eu digo
Não sei porquê
Que se parece comigo:
Noto-lhe as velas doiradas
Já no fio...
E rio...
Pois já se vê.
No entanto,
Volta e não volta
Baloça o navio...
Além, ao largo, ligeiro...

Gil Vaz



UMA CARTA PARA OS DIREITOS DOS EUROPEUS

O projecto da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais acaba de ser adoptado pelo Parlamento Europeu através de uma significativa votação, ou seja, 410 votos favoráveis num universo de 625 deputados. Está, pois, aberto o caminho para que a Carta que resultou de um processo inovador de formação da vontade política no seio da União (o método de Convenção) seja proclamada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que vai realizar-se, em Nice, nos próximos dias 7 e 8 de Dezembro.

Apesar deste inegável êxito, uma boa parte do Parlamento Europeu lamenta que o texto não assuma, desde já, carácter vinculativo, limitando-se a um nível meramente proclamatório.

Neste sentido se pronunciou de forma clara o presidente do Grupo Socialista Português ao Parlamento Europeu – António José Seguro –, que chegou mesmo a afirmar que o processo de alargamento deveria ser precedido da assunção, com carácter vinculativo, do novo texto.

Esta controvérsia, mais do que o conteúdo material da Carta, marcou boa parte da discussão e dos trabalhos que permitiram chegar à redacção final.

O Parlamento português acompanhou de forma permanente e interessada os trabalhos da Convenção.

A Comissão dos Assuntos Europeus elegeu mesmo os dois representantes permanentes de Portugal nesse Fórum e,

por essa via, acompanhou de forma muito próximo o processo de elaboração da Carta.

Como consequência desta metodologia foi possível chegar a um significativo consenso no interior do Parlamento português acerca da preferência pelo carácter vinculativo da Carta.

Esta opção aparece aliás expressa na deliberação aprovada no plenário da Assembleia por iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus.

Cumpriu pois o Parlamento português integralmente a sua responsabilidade, pronunciando-se, em tempo útil e de forma inequívoca, sobre o processo e, sobretudo, fazendo-o em consonância com a comunidade científica, as organizações representativas de amplos sectores da sociedade e a comunicação social.

A adopção da Carta, mesmo se meramente proclamatória, é uma grande vitória da Nova Europa ou seja de uma Europa que quer acrescentar à integração económica uma maior integração política e, nomeadamente, um significativo reforço da cidadania.

E neste quadro acaba por surgir como relativamente secundária a questão do carácter vinculativo ou meramente proclamatório.

O «caminho faz-se caminhando» e o caminho de um novo ordenamento jurídico para a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos está agora consolidado e é irreversível.

Não sei quanto tempo demorará a reconhecer o carácter vinculativo da Carta, mas não tenho dúvidas que esta especial natureza acabará por se impor e ser reconhecida institucionalmente.

Acompanho o comissário António Vitorino (um dos grandes, senão o principal, dinamizador deste processo) quando considera que o prioritário acaba por ser verdadeiramente a natureza e extensão da defesa dos direitos (novos e velhos), pois a doutrina decorrente da adopção da Carta acabará por não poder ser ignorada pela jurisprudência dos Tribunais da União.

A Carta é pois um avanço significativo na integração europeia e marca uma etapa irreversível no processo de aprofundamento e reforço de uma nova cidadania.

Não deixa aliás de ser significativo que a estrutura formal da Carta acabe por reflectir os valores essenciais das democracias europeias, tal como os conhecemos desde a Revolução Francesa, harmonizando-os com a emergência de uma Nova Fronteira para os Novos Direitos e as Novas Responsabilidades.

Sou dos que acreditam numa Europa em paz, com um desenvolvimento económico e social significativo e com o respeito integral dos velhos e novos Direitos dos cidadãos.

A adopção da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais é um sinal de esperança, seguramente, mas é sobretudo um passo irreversível para o futuro.

«Ontem disse "caramba" e apareceu logo nos jornais. Se sou fleumático é porque sou cinzento. Se sou emotivo é porque me irrita»
Jorge Sampaio
 Diário de Notícias, 30 de Novembro

«Eu reconheço-me no poema de Mandelstam contra Estaline, não nos que fizeram os campos onde ele morreu com muitos outros milhões. A minha esquerda não é esse crime, nem essa herança. Veja-se o que é hoje a caça às bruxas dentro do PCP»
Manuel Alegre
 Expresso, 1 de Dezembro

«Olhando o passado, houve gastos inúteis e desperdício nas campanhas eleitorais de partidos e candidatos»
Edite Estrela
 Ibidem

«Em vez do técnico de "marketing" vindo da estranja (gratuitamente, presumo!), do que "o candidato dos não socialistas" precisa urgentemente é de um ilusionista para ver se consegue meter o Rossio na Betesga»
Ibém, ibidem

«A deterioração e a modificação das situações climáticas atinge todos os continentes e reveste-se de enorme gravidade»
Mário Soares
 Ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
 Órgão Oficial do Partido Socialista
 Propriedade do Partido Socialista
 Director
Fernando de Sousa
 Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
 Colaboração
Rui Perdigão
 Secretariado
Sandra Anjos
 Paginação electrónica
Francisco Sandoval
 Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo
 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
 Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
 Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
 Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
 Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

